

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LARISSA RIBEIRO SOARES

**EFEITO DO RECONHECIMENTO DE PROVISÕES NO DESEMPENHO ESG EM
COMPANHIAS LISTADAS BRASILEIRAS**

UBERLÂNDIA-MG

2023

LARISSA RIBEIRO SOARES

**EFEITO DO RECONHECIMENTO DE PROVISÕES NO DESEMPENHO ESG EM
COMPANHIAS LISTADAS BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre, na Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia.

Área de concentração: Contabilidade Financeira

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Denise Mendes da Silva

UBERLÂNDIA-MG

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências
Contábeis

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1F, Sala 248 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG,
CEP 38400-902

Telefone: (34) 3291-5904 - www.ppgcc.facic.ufu.br - ppgcc@facic.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Ciências Contábeis				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, número 128 - PPGCC				
Data:	12 de dezembro de 2023	Hora de início:	14:00 h	Hora de encerramento:	16:10
Matrícula do Discente:	12212CCT013				
Nome do Discente:	Larissa Ribeiro Soares				
Título do Trabalho:	EFEITO DO RECONHECIMENTO DE PROVISÕES NO DESEMPENHO ESG EM COMPANHIAS LISTADAS BRASILEIRAS.				
Área de concentração:	Contabilidade e Controladoria				
Linha de pesquisa:	Contabilidade Financeira				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	PPGCC04 - Contabilidade Internacional e Financeira				

Reuniu-se virtualmente, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, assim composta: Professores(as) Doutores(as) Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade (UFU), Paula Carolina Ciampaglia Nardi (USP) e Denise Mendes da Silva, orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Denise Mendes da Silva, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

APROVADA

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Denise Mendes da Silva, Professor(a) do Magistério Superior**, em 12/12/2023, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade, Professor(a) do Magistério Superior**, em 12/12/2023, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Carolina Ciampaglia Nardi, Usuário Externo**, em 12/12/2023, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4933863** e o código CRC **18C21ADF**.

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S676
2023

Soares, Larissa Ribeiro, 1997-
Efeito do Reconhecimento de Provisões no Desempenho
ESG em Companhias Listadas Brasileiras [recurso
eletrônico] / Larissa Ribeiro Soares. - 2023.

Orientador: Denise Mendes da Silva .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Ciências Contábeis.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.43>
Inclui bibliografia.

1. Contabilidade. I. , Denise Mendes da Silva, 1978-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-
graduação em Ciências Contábeis. III. Título.

CDU: 657

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me permitido chegar até aqui e sentir sua presença diariamente para seguir minha jornada. Dedico essa conquista aos meus pais, Adão Sebastião Soares e Iêda Virgínia Ribeiro Machado Soares, que sempre estiveram presentes e me apoiaram para continuar seguindo em frente. Desde sempre me incentivaram a ler e escrever, sobretudo me mostraram que a educação e o conhecimento é a maior herança e legado que podemos ter. Essa conquista é mais que tudo nossa.

Agradeço o apoio de toda minha família, que sempre comemoraram comigo cada conquista. Dedico também essa conquista ao meu noivo, Arthur Costa de Souza, que chegou na minha vida no meio da minha trajetória acadêmica e desde então esteve ao meu lado, me estimulado em todos os momentos, e juntos vamos compartilhando as conquistas e desafios da vida acadêmica. Saiba que me inspiro em você e admiro sua carreira docente.

Dedico em especial esse momento a duas estrelinhas que já não estão aqui fisicamente, mas vivem diariamente nas minhas boas memórias, meus queridos avós. Mais conhecidos como Senhor Virmondes e Dona Maria que se foram em momentos tão significativos: meu avô no dia do meu vestibular e minha avó em uma manhã de Natal. Desde então, sempre disse que chegaria até o final por vocês. Queria muito tê-los aqui ao meu lado, para poderem ver a primeira neta de vocês formada em universidade pública se tornar Mestre. Mas sei que aí de cima vocês devem estar felizes.

À minha querida orientadora Denise, que sempre se fez presente e segurou minha mão desde o início da minha graduação. Iniciamos nosso contato por meio do PET, sendo ela minha tutora e orientadora de pesquisa, ensinando-me os caminhos da escrita científica. Desde então, sempre auxiliou e deu total suporte para o meu desenvolvimento enquanto discente.

Estendo os meus agradecimentos a todos os professores que fizeram parte da minha jornada, onde pude aprender muito sobre a contabilidade, os números, mas, acima de tudo, tive a oportunidade de entender que a relação entre professor e aluno pode ser humana.

Deixo aqui o meu agradecimento à banca de qualificação e defesa, professora Dra. Maria Elisabeth (UFU) e Dra. Paula Nardi (USP), inicialmente pelo aceite em participar das bancas. Em seguida pelas contribuições, que foram essenciais para o fortalecimento e conclusão desta Dissertação.

Agradeço aos colegas de turma pelas trocas e sugestões para condução da minha pesquisa. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado concedida.

RESUMO

O objetivo deste estudo consiste em relacionar o reconhecimento de provisões e o desempenho ambiental, social e de governança nas companhias abertas brasileiras listadas na B3 que possuem *score* ESG na base Refinitiv, no período de 2014 a 2022. O *score* ESG reflete o desempenho ambiental, social e de governança das empresas. A metodologia adotada é descritiva, com abordagem quantitativa e utilização de dados secundários, a partir de bases de dados. A amostra é composta por 97 empresas. Verificou-se que 94,5% das empresas da amostra reconheceram provisões no período em foco. O reconhecimento de provisões apresentou um efeito positivo no desempenho global do ESG. Ao se avaliar individualmente os aspectos que compõem o desempenho ESG, denota-se que também houve uma relação positiva no reconhecimento das provisões para o *score* ambiental e de governança. No entanto, através dos resultados levantados não foi possível constatar nenhum tipo de relação entre o reconhecimento de provisões e o desempenho social. Ao se considerar uma análise das provisões à luz dos pilares ambientais e sociais, denota-se que as provisões sociais (previdenciárias, cíveis e de benefícios a empregados) apresentaram uma relação positiva com o *score* social. Em contrapartida, ao se considerar as provisões ambientais ao serem mensuradas pelo seu valor bruto, apresentaram relação negativa com o *score* ambiental. Por outro lado, quando mensuradas pela *dummy*, a relação encontrada foi positiva. A análise dos coeficientes do ESG e do comportamento da provisão, mostra uma dualidade em relação às motivações para divulgação ambiental, social e de governança. Isso revela que quando há uma relação positiva há uma tendência por parte da empresa em ser mais transparente e buscar autolegitimação diante de situações adversas. Os resultados confirmam os estudos correlatos à Teoria do *Disclosure*, demonstrando que empresas maiores, mais rentáveis e endividadas e listadas em nível mais alto de Governança Corporativa tendem a divulgar mais informações voluntárias, que, neste estudo, refletem melhor desempenho ESG, ambiental, social e de governança. A principal contribuição do estudo reside em preencher uma lacuna na literatura correlata, ao dar foco em como as informações consideradas voluntárias refletem as informações financeiras (obrigatórias), pelo prisma das provisões. Em âmbito prático, pode possibilitar que os usuários das informações contábeis ponderem sobre o desempenho financeiro, ambiental, social e de governança das companhias, a fim de obterem melhores decisões de alocação de capital.

Palavras-chave: Reconhecimento de Provisões; Desempenho ESG; Teoria do Disclosure.

ABSTRACT

The objective of this study is to relate the recognition of provisions and environmental, social and governance performance in Brazilian public companies listed on B3 that have an ESG score in the Refinitiv database, from 2014 to 2022. The ESG score reflects environmental performance, social and corporate governance. The methodology adopted is descriptive, with a quantitative approach and use of secondary data, from databases. The sample consists of 97 companies. It was found that 94.5% of the companies in the sample recognized provisions in the period in question. Provision recognition had a positive effect on overall ESG performance. When individually evaluating the aspects that make up ESG performance, it is clear that there was also a positive relationship in the recognition of provisions for the environmental and governance score. However, through the results obtained, it was not possible to verify any type of relationship between the recognition of provisions and social performance. When considering an analysis of the provisions in light of the environmental and social pillars, it is clear that social provisions (social security, civil and employee benefits) showed a positive relationship with the social score. On the other hand, when considering environmental provisions, when measured at their gross value, they showed a negative relationship with the environmental score. On the other hand, when measured by the dummy, the relationship found was positive. The analysis of ESG coefficients and provision behavior shows a duality in relation to the motivations for environmental, social and governance disclosure. This reveals that when there is a positive relationship there is a tendency on the part of the company to be more transparent and seek self-legitimation in the face of adverse situations. The results confirm studies related to the Disclosure Theory, demonstrating that larger, more profitable and indebted companies and listed at a higher level of Corporate Governance tend to disclose more voluntary information, which, in this study, reflects better ESG, environmental, social and of governance. The main contribution of the study lies in filling a gap in related literature, by focusing on how information considered voluntary reflects financial information (mandatory), from the perspective of provisions. In practical terms, it can enable users of accounting information to consider the financial, environmental, social and governance performance of companies, in order to obtain better capital allocation decisions.

Keywords: Recognition of Provisions; ESG performance; Disclosure Theory.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REVISÃO DA LITERATURA	14
2.1 Teoria do <i>Disclosure</i>	14
2.2 Determinantes do <i>Disclosure</i>	17
2.3 ESG e determinantes do <i>score</i> ESG	21
2.4 Provisões	24
2.5 Estudos Anteriores e Elaboração das Hipóteses	26
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
3.1 Desenho da pesquisa	32
3.2 População	33
3.3 Coleta de dados	34
3.4 Procedimentos de análise dos dados	39
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	41
4.1 Estatísticas descritivas	41
4.2 Relação entre o reconhecimento de provisões e o desempenho ESG	46
4.3 Relação entre o reconhecimento de provisões e os pilares ESG	51
4.4 Conclusões acerca das hipóteses do estudo	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total de observações por setor, provisões e nível de governança corporativa	41
Tabela 2 – Estatísticas descritivas das observações por tipo de provisão	42
Tabela 3 – Estatísticas descritivas das observações por características corporativas e <i>scores</i> ESG	43
Tabela 4 – Relação entre o nº de observações e os quartis	45
Tabela 5 – Matriz de correlação entre as variáveis dependente, independente e de controle	46
Tabela 6 – Provisões mensuradas pelo valor monetário e o desempenho ESG	48
Tabela 7 – Provisões em relação ao ativo e o desempenho ESG	49
Tabela 8 – Existência de provisões e o desempenho ESG	50
Tabela 9 – Provisões ambientais e desempenho ambiental	52
Tabela 10 – Provisões sociais e desempenho social	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias de pesquisa da Teoria do <i>Disclosure</i> e suas características	15
Quadro 2 – Variáveis Determinantes do <i>Disclosure</i>	17
Quadro 3 – Classificação dos pilares – conforme categorias, temas e pontos de dados	35
Quadro 4 – Classificação Pontuação ESG – Base Refinitiv	36
Quadro 5 – Variáveis a serem utilizadas nos modelos econométricos	37
Quadro 6 – Resumo das hipóteses	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASG - Ambiental, Social e Governança

B3 – Brasil, Bolsa, Balcão

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

ESG – *Environmental, Social and Governance*

FIIIs – *Foreign Institutional Investors*

IASB – *International Accounting Standards Board*

IR – Imposto de Renda

ONU – Organização das Nações Unidas

PC – Passivo Circulante

PNC – Passivo Não Circulante

ROA – *Return on Asset*

ROE – *Return on Equity*

RSC – Responsabilidade Social Corporativa

VIF – *Variance Inflation Factor*

1 INTRODUÇÃO

A ascensão das pautas e discussões em torno do *disclosure* de informações relacionadas à Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e aos aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) ou, em inglês, *Environmental, Social and Governance* (ESG), tem sido observada no mercado de capitais. Isso se deve à percepção da necessidade de avaliar os impactos das atividades organizacionais e à cobrança dos *stakeholders* para obterem informações cada vez mais transparentes e condizentes com a realidade empresarial ou com a responsabilidade social corporativa (Christensen; Serafeim; Sikochi, 2022; Raimo *et al.*, 2021).

A RSC envolve um conjunto de práticas adotadas pelas instituições com o propósito de melhorar o ambiente e a comunidade (Dahlsrud, 2006). O ESG compreende a incorporação de condutas voltadas para as questões ambientais, sociais e parâmetros de governança corporativa, para que as operações empresariais sejam conscientes, sustentáveis e humanitárias (Raimo *et al.*, 2021). Diante disso, salienta-se que RSC e ESG são dois conceitos distintos, cada um com seu foco e abordagem específica. Enquanto a RSC se concentra nas práticas e iniciativas que uma empresa adota para contribuir positivamente para a sociedade e o meio ambiente, incluindo as questões de governança de forma indireta, o ESG engloba um conjunto mais amplo de critérios que avaliam o desempenho ambiental, social e de governança de uma organização. No entanto, é importante ressaltar que esses dois conceitos estão interconectados de maneira significativa (Gillan; Koch; Starks, 2021).

O reporte dessas informações voluntárias é justificado pelas vantagens econômicas adquiridas pelas instituições ao aplicarem práticas sustentáveis na gestão de seus negócios, refletindo uma boa imagem para a comunidade. Assim, a divulgação de informações relacionadas a RSC e ESG pode trazer benefícios, incluindo acesso a capital, redução de custos e aumento da valorização da marca. Além disso, pode levar a uma gestão mais eficaz de riscos e crises, bem como oportunidades de inovação e crescimento (Ribeiro *et al.*, 2019). Nesse prisma, diferentes estudos, tanto na literatura nacional quanto internacional, buscam evidenciar a interligação entre a adoção das divulgações voluntárias, referentes à RSC, e a adoção de práticas ambientais, sociais e de governança (Andreu-Pinillos; Fernández-Fernández; Fernández-Mateo, 2020; Bergamini Junior, 2021; Raimo *et al.*, 2021).

Logo, ao abordar o *disclosure* voluntário de informações relacionadas à RSC e às práticas ESG, torna-se fundamental compreender que não se deve apenas priorizar os aspectos positivos, tornando-se necessário também considerar os obstáculos e resultados adversos que a organização possa enfrentar. Nesse contexto, é pertinente enumerar eventos que acarretaram

impactos ambientais e sociais no território brasileiro, como o incidente envolvendo o colapso das barragens operadas pela mineradora Samarco, situada na cidade de Mariana/MG, ocorrido em 2015, e, posteriormente, em 2019, o episódio similar relacionado ao rompimento das barragens operadas pela empresa Vale, localizadas na cidade de Brumadinho/MG (Ribeiro *et al.*, 2019).

Portanto, diante das eventualidades ocorridas com as mineradoras, observa-se uma mudança em relação às motivações para a divulgação ambiental, a qual vem sendo feita de forma voluntária pelas empresas, com a proposta de melhorar sua imagem e reputação frente ao mercado (Ribeiro *et al.*, 2019). Essa mudança de postura está fundamentada na prática de relatar informações de maneira abrangente, abordando tanto os aspectos positivos quanto as limitações. Essa abordagem mais completa reflete uma compreensão crescente por parte das empresas de que, ao direcionarem seus esforços para o reporte, tanto de informações positivas quanto negativas, podem estabelecer uma verdadeira transparência no que tange às divulgações voluntárias (Silva; Ferreira, 2016).

No entanto, é crucial reconhecer que, mesmo com essa tendência positiva, existem casos que questionam a efetividade dessa mudança de postura. Um exemplo é o incidente envolvendo a Braskem, empresa do setor petroquímico. A empresa enfrentou problemas ambientais em Maceió, com subsidências e rachaduras no solo resultantes da extração de sal-gema, levando a evacuações e danos significativos à infraestrutura local. Essa situação destaca a necessidade de avaliar a consistência entre as práticas anunciadas pelas empresas e suas ações reais, ressaltando desafios que ainda persistem na busca por uma divulgação ambiental mais eficaz e responsável. Logo, compreende-se que as divulgações de caráter voluntário estão embasadas na tentativa de reduzir os conflitos de agência, minimizando a assimetria de informações e ampliando a confiabilidade do que está sendo reportado.

A ascensão da RSC favoreceu a criação de índices (*scores*) ESG, o que permite mensurar o desempenho das empresas em relação às divulgações voluntárias, as quais, refletem informações narrativas, em relatórios específicos, como os Relatórios Anuais, de Sustentabilidade, Relato Integrado, entre outros, porém é importante lembrar que os impactos ambientais, sociais e legais podem estar reconhecidos, também, nas Demonstrações Financeiras, por meio das provisões. Nessa perspectiva, torna-se importante a compreensão do Pronunciamento Técnico (CPC) 25, o qual estabelece critérios para a mensuração, o reconhecimento e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes e dos ativos contingentes. Portanto, compreender este pronunciamento permite avaliar a relação entre o reconhecimento de provisão com o nível de *disclosure* das empresas medido pelo *score* ESG.

Isso implica que deve haver uma correspondência entre o que é reconhecido nas Demonstrações Financeiras com o que é relatado em termos de informações consideradas não financeiras em relatórios voluntários. Em outras palavras, parece incoerente que uma empresa apresente uma narrativa positiva em termos de impactos ambientais, caso tenha reconhecido elevado montante de provisões ambientais. O mesmo vale para organizações que demonstrem proporcionar benefícios sociais, mas possuem grandes valores de provisões previdenciárias, cíveis e trabalhistas em seus Balanços Patrimoniais.

A literatura, nacional e internacional, é bastante abrangente ao tratar dos determinantes do *disclosure* voluntário das empresas, como pode ser visto nos estudos de Murcia e Santos (2009), Dal Magro *et al.* (2015), Rufino e Machado (2015), Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017), He, Plumlee e Wen (2018), Barth *et al.* (2020) entre outros. Esses estudos, ao avaliarem o *disclosure* voluntário, observaram fatores que influenciam o nível de divulgação, tais como: tamanho, rentabilidade, alavancagem, setor e governança corporativa.

Outra vertente explorada na literatura é a relação entre divulgações voluntárias (de RSC e ESG) e desempenho econômico-financeiro, exemplificada pelos estudos de Patten (2002), Buallay (2019), Borges Júnior (2019), Gonçalves, Anjos e Freitas (2019), Pereira *et al.* (2020), Jost, Kroenke e Hein (2021), Raimo *et al.* (2021), Pinheiro *et al.* (2022) etc. Esses estudos indicam que a divulgação voluntária pode favorecer o desempenho econômico-financeiro das organizações, mostrando que essa relação deve continuar a ser explorada, a fim de trazer contribuições para o âmbito prático e teórico.

Os determinantes dos *scores* ESG também têm sido alvo de estudos, como os de Dremptic, Klein e Zwergel (2019), Crespi e Migliavacca (2020), Sharma Panday e Dagwal (2020), Elafify (2021), Rahman e Alsayegh (2021), Abdi, Li e Câmara-Turull (2022). Esses estudos concluíram, dentro dos contextos analisados, que variáveis como tamanho da empresa, rentabilidade, desenvolvimento econômico e social do país, desempenho financeiro e de mercado, alavancagem, independência e tamanho dos conselhos estão relacionados com o *disclosure* ESG ou *scores* ESG. Por sua vez, no que se refere às provisões, encontram-se estudos que as relacionaram com: (i) governança corporativa (Acar e Ozkan, 2017); (ii) rentabilidade (Silva, Araújo e Santos, 2018); (iii) nível de *disclosure* ambiental (Ribeiro *et al.*, 2019); (iv) qualidade da informação contábil (Santos *et al.*, 2023).

No entanto, não foram encontrados estudos que abordaram as provisões como um determinante do desempenho ESG (ou do *score* ESG), adicionalmente aos determinantes do *disclosure* elencados na literatura. Buscar relações entre as provisões e o desempenho ESG pode demonstrar como as informações narrativas, constantes em relatórios considerados de

natureza voluntária, que são refletidas no desempenho (*score*) ESG, são impactadas pelas informações financeiras, de natureza obrigatória, englobando todos os tipos de provisões reconhecidas pelas companhias, bem como as três dimensões do *score* ESG (ambiental, social e governança). Sendo assim, formula-se a seguinte questão de pesquisa: **Qual a relação entre o reconhecimento de provisões e o desempenho ambiental, social e de governança nas companhias listadas brasileiras?**

O objetivo geral desta pesquisa consiste em relacionar o reconhecimento de provisões e o desempenho ambiental, social e de governança nas companhias listadas brasileiras. Para isso, são investigadas as companhias listadas na B3 que possuem *score* ESG na base Refinitiv, no período de 2014 a 2022, ou seja, que engloba todos os anos com os dados necessários à pesquisa publicamente disponíveis.

Portanto, o presente estudo visa preencher uma lacuna na literatura, ao investigar a relação entre o reconhecimento de provisões e o desempenho ambiental, social e de governança (ESG) nas companhias abertas brasileiras, com foco no *score* ESG fornecido pela plataforma Refinitiv. O diferencial desta pesquisa reside na abordagem abrangente de todos os elementos do acrônimo ESG, considerando as dimensões ambiental, social e de governança, e todos os tipos de provisões contábeis, distinguindo-se, também, do estudo de Ribeiro *et al.* (2019), que se concentrou na influência do passivo ambiental no *score* de *disclosure* ambiental da Bloomberg.

Nesse sentido, a principal contribuição deste estudo, tanto em âmbito teórico como prático, reside na oportunidade de identificar se as empresas com *score* ESG e que apresentam provisões podem estar reportando terem boas práticas (bom *score* ESG), no entanto, apresentam riscos que não condizem com essa realidade. Mais especificamente, o estudo visa preencher uma lacuna, na literatura correlata, ao dar foco em como as informações voluntárias, que englobam, também, informações consideradas não financeiras, refletem as informações financeiras, pelo prisma das provisões. Em âmbito prático, a análise aprofundada das informações contábeis e a consideração do desempenho financeiro e não financeiro das empresas, especialmente através do reconhecimento de provisões no contexto ESG (ambiental, social e de governança), oferecem benefícios significativos para diferentes partes interessadas no mercado financeiro. Para os analistas, essa abordagem ampliada permite uma compreensão mais holística do verdadeiro valor de uma empresa, indo além dos indicadores tradicionais e incluindo aspectos sustentáveis e sociais em suas avaliações. Isso contribui para a identificação de riscos e oportunidades que podem influenciar o desempenho futuro da empresa, permitindo uma análise mais precisa e informada.

Em se tratando dos investidores denota-se que eles também se beneficiam dessas análises mais abrangentes, pois podem tomar decisões embasadas e alinhadas com seus próprios critérios de investimento sustentável. A consideração dos impactos das provisões no desempenho ESG ajuda a identificar empresas que estão adotando práticas responsáveis e gerenciando riscos de forma eficaz, o que pode atrair investidores que valorizam esses aspectos.

Além disso, para os órgãos regulamentares, essa perspectiva mais ampla das informações contábeis pode alimentar discussões sobre aprimoramentos nas políticas e normas contábeis, visando a promover uma maior transparência e responsabilidade corporativa. Isso pode resultar em regulamentações mais adaptadas e eficazes, alinhadas com as demandas atuais da sociedade por uma contabilidade mais sustentável e transparente. Em suma, os resultados podem orientar as decisões empresariais, mediante a análise dos reflexos e impactos oriundos do reconhecimento de provisões no desempenho ESG.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Teoria do *Disclosure*

O *disclosure* é compreendido como a divulgação de informações que visam atender às demandas dos *stakeholders* (usuários das informações contábeis), mediante a transparência corporativa. Essa divulgação pode ocorrer de forma compulsória ou voluntária (Dye., 2001). Nesse sentido, a Teoria do *Disclosure*, também conhecida como Teoria da Divulgação, vem sendo retratada dentro da literatura com o objetivo de analisar a qualidade informacional econômica e financeira das empresas (Verrecchia, 1983; Dye, 1985).

Salienta-se, portanto, que não há uma proposta de teoria da divulgação padronizada, uma vez que ela se torna bastante abrangente, ao embasar-se na área de negócios, contemplada, neste contexto, pela contabilidade, economia e finanças. Além disso, o ecletismo é fomentado devido à mescla dos modelos econômicos e matemáticos, com a finalidade de identificar os fenômenos interligados ao *disclosure*. Conforme essa perspectiva, a Teoria da Divulgação está sustentada na proposta de abranger as informações não obrigatórias divulgadas pelas empresas (Verrecchia, 2001).

No entanto, há controvérsias a respeito dessa estrutura argumentativa, partindo-se do pressuposto que a transparência em torno das divulgações é conquistada mediante o reporte das situações favoráveis e desfavoráveis da empresa. Dessa forma, expressa-se a dificuldade de

validar uma teoria acerca das divulgações obrigatórias, porém, ao se avaliar as divulgações voluntárias, torna-se possível identificar a presença da Teoria do *Disclosure* (Dye, 2001).

A partir da análise das pesquisas sobre divulgação na contabilidade, é proposta uma taxonomia que engloba três categorias: Pesquisa sobre Divulgação Baseada em Associação (*association-based disclosure*); Pesquisa sobre Divulgação Baseada em Discricionariedade (*discretionary-based disclosure*); e Pesquisa sobre Divulgação Baseada em Eficiência (*efficiency-based disclosure*) (Verrecchia, 2001). Essas três categorias de pesquisa sobre divulgação estão interligadas a dois aspectos: momento da ocorrência da divulgação (*ex ante* ou *ex post*) e o processo de divulgação (endógeno ou exógeno), os quais apresentam a finalidade de amenizar a assimetria informacional (Salotti; Yamamoto, 2005). As três abordagens podem ser vistas no Quadro 1.

Quadro 1 - Categorias de pesquisa da Teoria do *Disclosure* e suas características

Categorias de Pesquisa	Descrição	Momento de Ocorrência da Divulgação (<i>ex ante</i> ou <i>ex post</i>)	Processo de Divulgação (endógeno ou exógeno)
Divulgação baseada em Associação	Verificar o efeito nas ações dos agentes após o <i>disclosure</i> .	<i>ex post</i>	Exógeno
Divulgação baseada em Discricionariedade	Analisar a discricionariedade que os gestores desempenham com relação à divulgação de informações das quais eles têm prévio conhecimento.	<i>ex post</i>	Endógeno
Divulgação baseada em Eficiência	Avaliar quais informações são mais eficientes.	<i>ex ante</i>	sem aplicação

Fonte: Elaborado com base em Verrecchia (2001) e Salotti e Yamamoto (2005).

A primeira categoria é a divulgação baseada em Associação, que tem como objetivo verificar o efeito nas ações dos agentes após o *disclosure*. Nesse caso, a divulgação ocorrerá *ex post* e será realizada de forma exógena, ou seja, de maneira externa à empresa. A segunda categoria de pesquisa é a divulgação baseada em Discricionariedade. O foco aqui é analisar a discricionariedade que os gestores desempenham ao divulgar informações das quais eles têm prévio conhecimento. A divulgação ocorrerá *ex post* e será realizada de forma endógena, ou seja, internamente pela empresa. Por fim, a terceira categoria de pesquisa é a divulgação baseada em Eficiência, que busca avaliar quais informações são mais eficientes. Nesse caso, a divulgação ocorrerá *ex ante*, ou seja, antes dos eventos relevantes, e não será aplicado um processo específico de divulgação, sendo uma categoria mais abstrata em relação ao momento e ao processo de divulgação (Verrecchia, 2001).

Portanto, ao explorar as diferentes categorias de divulgação, busca-se ampliar a compreensão sobre os diferentes enfoques e contextos nos quais a divulgação de informações ocorre. Este estudo apoia-se na divulgação baseada em discricionariedade, que se refere à capacidade das empresas de escolher quais informações divulgar e como divulgar.

No contexto específico deste estudo, a discricionariedade pode ser percebida na amplitude e no detalhamento das informações fornecidas sobre as provisões contábeis e a integração dessas informações com os critérios ESG. A forma como as empresas decidem divulgar suas práticas contábeis discricionárias, em relação ao reconhecimento de provisões, juntamente com as informações ESG, pode trazer reflexões a respeito da transparência das empresas em questões socioambientais e de governança, evidenciando a influência da discricionariedade na divulgação dessas práticas e seu impacto no desempenho ESG. A teoria do *disclosure* ganha destaque, uma vez que a maneira como as empresas escolhem divulgar suas práticas contábeis discricionárias, especialmente em relação ao reconhecimento de provisões, junto às informações ESG, influencia diretamente a transparência das empresas em questões socioambientais e de governança.

Nesse sentido, destaca-se a análise das empresas sob a ótica da teoria do *disclosure* discricionário, onde, o objetivo é identificar os estímulos que impulsionam gestores e/ou empresas a compartilhar determinadas informações, considerando o processo endógeno da divulgação, no qual gestores são motivados a informar os *stakeholders* (Verrecchia, 2001).

Em consonância, Dye (2001) estabelece uma perspectiva de racionalidade econômica, ao oferecer fundamentos teóricos e analíticos para compreender as circunstâncias em que gestores optariam por divulgar informações específicas. Essas circunstâncias estão interligadas à percepção de que a divulgação resultará em benefícios para a empresa, incluindo a redução de custos financeiros, a melhoria da reputação corporativa, o acesso a capital e a conformidade legal. Sob essa perspectiva, os gestores tomam decisões de divulgação com base na avaliação dos potenciais ganhos e benefícios que a transparência pode proporcionar, alinhados com as metas estratégicas e as necessidades da organização.

Assim, evidencia-se que a teoria do *disclosure* auxilia na compreensão dos determinantes das práticas de divulgação, visto que ela não apenas explora os motivos que impulsionam as empresas a divulgarem informações além das exigências regulatórias, mas também fornece um contexto para identificar e analisar os fatores determinantes desse processo. Portanto, a relação entre a teoria do *disclosure* e os determinantes do *disclosure* reside na capacidade dessa teoria em fornecer o entendimento conceitual para examinar e contextualizar

os fatores que moldam as práticas de divulgação, permitindo uma análise dos motivos que impulsionam as empresas a divulgarem informações voluntárias.

2.2 Determinantes do *Disclosure*

Diante da exposição acerca das características e categorias de pesquisa sobre divulgação, fomentadas pela Teoria do *Disclosure*, pontua-se que as divulgações estão atreladas a distintos fatores, uma vez que têm como objetivo reportar informações que atendam aos diversos usuários (Dantas, 2005; Lopes; Martins, 2005; Iudícibus, 2010). Nessa perspectiva, ao conduzir uma revisão na literatura nacional e internacional, constatou-se que o tamanho da empresa, rentabilidade, índices de alavancagem ou endividamento, setor de atuação e práticas de governança corporativa emergem como as principais variáveis associadas à determinação do nível de divulgação de informações por parte das empresas, conforme expresso no Quadro 2.

Quadro 2 – Variáveis Determinantes do *Disclosure*

Variável	Construtos	Relação encontrada	Autores
Tamanho	Logaritmo natural do ativo	(+)	Murcia e Santos (2009); Rover <i>et al.</i> (2012); Fernandes (2013); Dal Magro <i>et al.</i> (2015); Rufino e Machado (2015); Consoni e Colauto (2016); Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017); Borges Júnior (2019); Dremptic, Klein e Zwergel (2019); Crespi e Migliavacca (2020); Sharma, Panday e Dangwal (2020); Elafify (2021); Rahman e Absayegh (2021); Pinheiro <i>et al.</i> (2022)
		Sem relação	Souza e Almeida (2017); Silva, Araújo e Santos (2018)
	Logaritmo natural das receitas	(+)	Patten (2002); Ribeiro <i>et al.</i> (2019)
Rentabilidade	Lucro líquido / ativo	(-)	Rover <i>et al.</i> (2012); Silva, Araújo e Santos (2018)
		(+)	Consoni e Colauto (2016); Borges Júnior (2019); Sharma, Panday e Dangwal (2020); Rahman e Absayegh (2021)
	Lucro líquido / receita líquida	(+)	Ribeiro <i>et al.</i> (2019)
	Lucro líquido / patrimônio líquido	(-)	Rufino e Machado (2015); Elafify (2021)
Sem relação		Murcia e Santos (2009); Rover <i>et al.</i> (2012); Fernandes (2013); Dal Magro <i>et al.</i> (2015); Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017)	
	Passivo / patrimônio líquido	(-)	Consoni e Colauto (2016); Souza e Almeida (2017); Sharma, Panday e Dangwal (2020); Crespi e Migliavacca (2020)

Alavancagem ou Endividamento	Diferença entre a dívida (PC + PNC) da empresa i no ano t e o patrimônio líquido do período anterior	(+)	Silva, Araújo e Santos (2018); Borges Júnior (2019); Rahman e Absayegh (2021); Elafify (2021)
		Sem relação	Murcia e Santos (2009); Rover <i>et al.</i> (2012); Dal Magro <i>et al.</i> (2015)
		(-)	Fernandes (2013)
Setor	<i>Dummy</i> : 1 pertence ao setor e 0 não pertence ao setor	(+)	Patten (2002); Murcia e Santos (2009); Consoni e Colauto (2016)
		(-)	Sharma, Panday e Dangwal (2020)
		Sem relação	Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017); Souza e Almeida (2017)
Governança Corporativa	<i>Dummy</i> : 1 para empresas pertencentes aos níveis de Governança Corporativa da B3 (Novo Mercado e Nível 2) e 0 para as demais	(+)	Murcia e Santos (2009); Consoni e Colauto (2016); Ribeiro <i>et al.</i> (2019)
		(-)	Fernandes (2013)
		Sem relação	Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017); Souza e Almeida (2017)

Fonte: Elaboração própria. Notas: PC = passivo circulante; PNC = passivo não circulante

De acordo com o Quadro 2, no que se refere à variável tamanho, há uma tendência de empresas maiores buscarem divulgar mais informações em relação às empresas menores, isso porque, empresas maiores apresentam uma predisposição de terem mais exigências regulatórias. Em muitos casos, empresas maiores operam em setores que estão sujeitos a regulamentações mais rigorosas devido à sua influência e impacto significativos na economia e na sociedade. Portanto, a propensão dessas empresas em buscar e fornecer informações mais extensas pode ser uma resposta direta à complexidade e ao escopo mais amplo de regulamentações a que estão sujeitas, refletindo uma estratégia para atender às exigências regulatórias específicas de suas respectivas indústrias e manter um nível mais elevado de transparência perante os *stakeholders*.

Logo, ao fornecer informações detalhadas, com o propósito de reportar o desempenho financeiro, as empresas com um tamanho maior conseguem permitir a avaliação sobre o potencial de retorno sobre o investimento e, assim, atrair novos investidores (Borges Júnior, 2019; Dremptic; Klein; Zwergel, 2019; Ricardo, Barcellos; Bortolon, 2017).

No entanto, outros estudos denotaram não haver relação entre o *disclosure* e a variável tamanho. Nesse sentido, Souza e Almeida (2017) verificaram que não poderia se estabelecer uma relação do tamanho com o nível de *disclosure* das companhias brasileiras de capital aberto listadas na B3. Adicionalmente, Silva, Araújo e Santos (2018) corroboraram esse resultado, visto que também não encontraram significância estatística entre a variável tamanho da empresa e *disclosure* de provisões e passivos contingentes.

Assim sendo, à luz dessas perspectivas divergentes, esta pesquisa tem como objetivo central contribuir para a elucidação deste fenômeno, buscando verificar e fornecer um entendimento mais claro sobre haver uma relação entre o disclosure e o tamanho das empresas. É relevante salientar que as investigações anteriores se concentraram principalmente em empresas brasileiras, exceto pelo estudo conduzido por Dremptic, Klein e Zwergel (2019), que aponta para um cenário distinto em outro contexto regional. Essas divergências instigam a continuidade desta pesquisa, com o objetivo de oferecer uma compreensão mais abrangente e contextualizada sobre a dinâmica do *disclosure* e sua relação com o tamanho das empresas no contexto específico das organizações brasileiras.

No que diz respeito à variável rentabilidade, observa-se, no Quadro 2, efeitos positivos e negativos sobre o *disclosure*. Silva, Araújo e Santos (2018) verificaram, que as empresas mais rentáveis não são, necessariamente, aquelas que mais divulgam informações sobre provisões e passivos contingentes. Uma possível explicação está relacionada ao fato de que a exigência legal de divulgação de provisões e passivos contingentes implica em custos adicionais, que podem afetar o desempenho da empresa, uma vez que há a possibilidade de conflito de interesses e expectativas dos acionistas/investidores em relação a uma redução potencial nos ganhos. Por outro lado, é possível que as empresas mais lucrativas já se diferenciem de seus concorrentes no mercado de capitais devido a indicadores financeiros positivos. Por essa razão, elas podem optar por não divulgar todas as informações, caso percebam que isso poderia prejudicar seus resultados (Silva; Araújo; Santos, 2018).

Denota-se que Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017), Dal Magro *et al.* (2015), Fernandes (2013), Rover *et al.* (2012) e Murcia e Santos (2009) reportaram que a variável rentabilidade não apresenta uma relação significativa com o nível de *disclosure* das empresas, indicando que independentemente da lucratividade, as empresas não estão, necessariamente, mais inclinadas a divulgar informações adicionais sobre suas operações, governança ou práticas ambientais e sociais. Em contrapartida, Ribeiro *et al.* (2019) evidenciam que a variável rentabilidade, atrelada como um fator explicativo do *disclosure* de passivos ambientais, apresenta uma relação positiva. Indo nessa mesma linha, Borges Júnior (2019) verificou que a rentabilidade está relacionada positivamente ao *disclosure*, assim como Sharma, Panday e Dangwal (2020) expressaram que rentabilidade impacta o *score* ESG.

Diante do levantamento extraído com respaldo na literatura, este estudo espera encontrar uma relação positiva acerca da relação entre o nível de *disclosure* e a variável rentabilidade.

Conforme pode ser visto no Quadro 2, diversos estudos têm abordado a relação entre alavancagem ou endividamento e divulgação empresarial. Fernandes (2013), Consoni e Colauto

(2016) e Souza e Almeida (2017) descobriram que quanto maior a alavancagem das empresas, menor é o grau de divulgação. Empresas com alto endividamento podem evitar divulgações ao perceberem que as informações reportadas podem comprometer a sua capacidade de obtenção de financiamento. No entanto, uma visão oposta é apresentada por Borges Júnior (2019), que aponta que a alavancagem está positivamente associada à publicação do relatório de sustentabilidade. No mesmo sentido, Elafify (2021) identificou uma correlação positiva entre alavancagem e divulgação de sustentabilidade corporativa.

Contudo não há uma definição sobre a alavancagem influenciar o *score* ESG, uma vez que Rahman e Absayegh (2021) encontraram uma relação positiva, ao passo que Sharma, Panday e Dangwal (2020) e Crespi e Migliavacca (2020) identificaram uma relação negativa. Compreende-se que a variável endividamento pode apresentar uma relação positiva, negativa ou até mesmo não apresentar relação com o *disclosure*. Nesse sentido, Dal Magro *et al.* (2015) e Murcia e Santos (2009) não encontraram uma relação significativa entre o endividamento e a divulgação. Da mesma forma, Rover *et al.* (2012) destacaram que o endividamento não explica a divulgação ambiental em empresas brasileiras com alto potencial poluidor.

Patten (2002) identificou que entidades que possuem sensibilidade à legislação ambiental potencial tendem a divulgar em maior quantidade do que empresas de setores menos sensíveis ao meio ambiente. Logo, regulamentações específicas, priorização da reputação, sensibilidade aos *stakeholders* são alguns dos fatores que induzem as empresas de determinados setores apresentarem maior *disclosure* (Murcia e Santos, 2009; Consoni; Colauto, 2016). No entanto, há estudos que não corroboram com essa perspectiva, como mostra Sharma, Panday e Dangwal (2020) que constataram uma relação negativa entre o setor de uma empresa e o nível de divulgação, visto que determinados setores podem apresentar níveis mais baixos de divulgação, devido a regulamentações. Todavia, os resultados das pesquisas de Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017), Souza e Almeida (2017) indicaram que a variável setor não apresenta uma relação significativa com o *disclosure*, demonstrando que o setor no qual uma empresa está inserida não necessariamente será um fator determinante para o nível de divulgação.

Por fim, ao se considerar a variável governança corporativa, alguns estudos revelam uma relação positiva com o nível de *disclosure*, expressando uma tendência de empresas listadas em segmentos que refletem maior governança corporativa (transparência), divulgarem mais informações (Ribeiro *et al.*, 2019; Consoni; Colauto, 2016; Murcia e Santos, 2009). Por outro lado, com base na pesquisa de Fernandes (2013), observa-se que a adesão ao novo mercado teve um impacto negativo no nível de *disclosure* ambiental das empresas brasileiras.

Essa constatação sugere que a transição para o novo mercado, a partir dos níveis 1 e/ou 2 de governança corporativa, pode ser a causa desse efeito negativo no *disclosure* ambiental. Isso ocorre porque espera-se que as empresas que aderem ao novo mercado adotem práticas de governança corporativa mais rigorosas, que incluem a redução ou eliminação da assimetria de informações entre gestores e acionistas. Por sua vez, Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017) e Souza e Almeida (2017) demonstraram que não foi possível averiguar uma relação entre governança corporativa e o nível de *disclosure*.

Como pode ser visto, há uma diversidade de resultados na literatura no que se refere aos determinantes do nível de *disclosure* (tamanho, rentabilidade, alavancagem ou endividamento, setor e governança corporativa). Salienta-se que essas contradições podem estar associadas a fatores como: complexidade e natureza multifacetada do *disclosure*, particularidades contextuais das empresas, visto que diferentes empresas podem responder de forma distinta aos determinantes, devido às suas características específicas. A metodologia adotada nos estudos, incluindo o período analisado, a escolha das variáveis e as abordagens estatísticas utilizadas, também podem influenciar os resultados encontrados.

Outro ponto está respaldado no ambiente regulatório, das práticas de governança corporativa e das demandas dos *stakeholders* ao longo do tempo, o que pode impactar a relação entre as variáveis e o *disclosure*. Esses fatores combinados contribuem para a heterogeneidade dos resultados encontrados na literatura, refletindo em estudos que identificam relações positivas, negativas ou até mesmo ausência de relação entre os determinantes e o *disclosure*.

A despeito das percepções diversas presentes na literatura acadêmica em relação à relação entre o nível de *disclosure* e variáveis: tamanho, rentabilidade, alavancagem ou endividamento, setor de atuação e práticas de governança corporativa, esta dissertação tem como expectativa principal corroborar a hipótese de uma relação positiva entre esses fatores.

2.3 ESG e determinantes do score ESG

As ações corporativas voltadas para os aspectos ambientais, sociais e de governança são avaliadas para compor métricas de desempenho que correspondem aos *scores* ESG. O acrônimo ESG, em inglês *environmental, social and governance*, foi implementado no ano de 2004 em uma publicação do Pacto Global em parceria com o Banco Mundial, chamada *Who Cares Wins*, e surgiu de uma provocação do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, a 50 grandes instituições financeiras, sobre como integrar fatores sociais, ambientais e de governança no mercado de capitais (Rede Brasil do Pacto Global, 2023). Por

sua vez, a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) busca identificar a atuação das empresas interligadas ao bem-estar social.

Salienta-se que as divulgações voluntárias estão ganhando espaço no reconhecimento dos efeitos das questões sociais, ambientais e de governança, atreladas à reputação, imagem corporativa e vantagem competitiva das empresas. Ao fornecer informações adicionais sobre suas ações e compromissos nessas áreas, as organizações podem moldar positivamente a percepção que os *stakeholders*, incluindo investidores, consumidores e a sociedade em geral, têm delas (Mazon; Issa, 2021). A transparência e a prestação de contas nessas áreas não apenas agregam valor à marca, mas também podem influenciar a decisão de investimento, a preferência do consumidor e a relação com os reguladores, conferindo uma posição mais favorável no mercado (Eccles; Ioannous; Serafeim, 2014).

Portanto, nota-se que o ESG é compreendido como uma ferramenta capaz de gerar benefícios para as empresas, promover um melhor desempenho financeiro, assim como reduzir a assimetria de informações (Tamimi; Sebastianelli, 2017; Buallay, 2019; Raimo *et al.*, 2021). A proposta da sustentabilidade está respaldada na conservação do meio ambiente, permitindo o desenvolvimento econômico de forma equilibrada e, devido à preocupação dos agentes da economia com as questões sociais, ambientais e econômicas, sente-se uma necessidade no reporte de desempenho atrelado a esses três pilares (Laskar, 2018).

Os *scores* ESG podem ser obtidos por meio de bases de dados em plataformas como: Bloomberg (Bloomberg ESG Disclosure Score); Thomson Reuters (Refinitiv ESG Data) e Morgan Stanley (MSCI ESG Indexes) (Martins; Cunha, 2022). O *score* ESG é formado por meio de uma avaliação abrangente das práticas e políticas de uma empresa em relação a questões ambientais, sociais e de governança. Esse processo envolve a coleta de dados detalhados sobre diversos critérios, como emissões de carbono, gestão de resíduos, políticas de diversidade, estrutura do conselho de administração, entre outros. Cada critério é ponderado com base em sua importância relativa, levando em consideração fatores como relevância setorial e impacto geral na sustentabilidade. As empresas são, então, avaliadas e pontuadas em cada critério, e as pontuações individuais são agregadas para criar uma pontuação ESG geral. Essa pontuação composta reflete o compromisso da empresa com a responsabilidade social corporativa e permite comparações com outras empresas, auxiliando investidores e partes interessadas na tomada de decisões (Refinitiv, 2022).

Ao se fazer a avaliação dos termos que compõem o ESG, verifica-se que a responsabilidade ambiental está diretamente relacionada aos conceitos de ampliação de desempenho ambiental e redução dos custos na produção (Brooks; Oikonomou, 2018).

Enquanto isso, a responsabilidade social está respaldada nos conceitos de ética, equidade e justiça (Baumgartner, 2013). Por fim, compreende-se que a responsabilidade de governança abrange as perspectivas de melhoramento do sistema corporativo, estando ligada à concentração de propriedade, conselho de administração, remuneração executiva e ao mercado de controle corporativo (Aguilera *et al.*, 2007).

Nessa perspectiva, o *disclosure* não é composto somente por informações estipuladas por lei, pois verifica-se a existência de caráter voluntário nos relatórios, os quais são reportados por promoverem benefícios, tais como: melhorar a reputação empresarial e obter vantagem competitiva (Hendriksen; Van Breda, 1999; Herzig; Schaltegger, 2006).

O *score* ESG, que reflete o desempenho ambiental, social e de governança das empresas, deriva dos relatórios divulgados pelas empresas. Dessa forma, ao se pensar nos determinantes do *score* ESG é possível destacar algumas variáveis (tamanho, rentabilidade, alavancagem, setor, governança corporativa) e sua relação com o *disclosure*. Nesse sentido, Dremptic, Klein e Zwergel (2019) encontraram uma correlação positiva entre as variáveis tamanho da empresa, quantidade de recursos disponíveis e a disponibilidade de dados ESG, e concluíram que empresas maiores e com mais recursos tendem a apresentar melhores pontuações ESG.

Os determinantes do *score* ESG também podem estar atrelados aos setores de atuação das empresas. Abdi, Li e Camara-Turull (2022) investigaram o impacto do *score* ESG no valor e desempenho financeiro das empresas do setor aéreo, e identificaram que as iniciativas de governança e a participação em atividades socioambientais apresentam influência no *score* ESG. No setor financeiro, Crespi e Migliavacca (2020) evidenciaram que o tamanho, a lucratividade e o desenvolvimento econômico e social do país são variáveis que influenciam na pontuação ESG, ao passo que Murè *et al.* (2020) demonstraram que bancos adotam práticas ESG para reduzir os danos à reputação, devido a penalidades.

Por outro lado, o *score* ESG pode comportar-se de forma diferente ao se considerar o país de origem das empresas. Rahman e Alsayegh (2021) avaliaram os fatores que influenciam o ESG em empresas asiáticas e constataram que as variáveis: tamanho, desempenho econômico, rentabilidade e alavancagem apresentam uma relação positiva com o *disclosure* ESG. Por sua vez, que Elafify (2021) buscou avaliar empresas listadas no índice de sustentabilidade egípcio e identificou uma relação positiva entre *disclosure* e as variáveis tamanho e alavancagem, no entanto, a rentabilidade apresentou uma relação negativa com o *disclosure* ESG. Em contrapartida, Sharma, Panday e Dagwal (2020) avaliaram as variáveis de *disclosure* ESG das empresas indianas, onde revelou-se uma associação positiva entre o desempenho financeiro e

de mercado, ao passo que a participação e a alavancagem dos FIIs (*Foreign Institutional Investors*) apresentaram uma relação negativa.

Um aspecto importante a ser considerado em relatórios tidos como voluntários e/ou que contenham informações consideradas não financeiras é o seu alinhamento com as informações financeiras (obrigatórias). Isso implica que não é coerente apresentar uma narrativa que evidencie que a empresa se preocupa com questões ambientais e sociais, caso as suas demonstrações contábeis revelem, por exemplo, elevado montante de passivos (provisões) ambientais, cíveis e trabalhistas.

Fomenta-se, portanto, que além das variáveis já mencionadas como determinantes do *disclosure*, as provisões emergem como um fator adicional a ser considerado. Logo, a análise das provisões complementa a compreensão do comprometimento de uma empresa com questões socioambientais, alinhando-se aos princípios ESG.

2.4 Provisões

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 (Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro), compreende-se como passivo uma obrigação presente da entidade em transferir recurso econômico como resultado de eventos passados. Portanto, a existência de um passivo somente é satisfeita mediante a existência de uma obrigação presente resultante de eventos passados, onde haverá a transferência de recursos econômicos (Comitê de Pronunciamentos Contábeis [CPC], 2019).

No entanto, pode haver situações em que a obrigação é incerta. Nesse sentido, o Pronunciamento Técnico CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) estabelece que serão reconhecidos como provisões os passivos que apresentarem um desfecho futuro incerto quanto à sua exigibilidade. Esse desfecho está atrelado à mensuração ou ao prazo. Logo, verifica-se que as provisões apresentam uma probabilidade de exigibilidade ser líquida e certa maior do que não ser. Assim, torna-se um passivo provável. Além disso, ressalta-se que um passivo incerto, para ser uma provisão, precisa apresentar uma base de mensuração confiável (CPC 25, 2009).

Dessa forma, conforme o CPC 25 as provisões são designadas como obrigações presentes com valores estimados, tendo uma provável saída de recursos para financiar as obrigações. Os passivos contingentes são caracterizados por apresentarem uma obrigação presente, porém sem a provável saída de recursos financeiros da empresa, ou as obrigações

ainda não foram confirmadas, estando sob a dependência de eventos futuros, os quais são divulgados em Notas Explicativas (Ribeiro *et al.*, 2019; Bergamini Junior, 2021).

De acordo com o CPC 25 (2009), são dois os tipos de obrigações: legal e não formalizada. A obrigação legal é proveniente de lei ou de um contrato. A obrigação não formalizada, normalmente, surge por meio de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, em que a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades. Em consequência, a entidade cria uma expectativa válida, nessas outras partes, de que cumprirá com essas responsabilidades.

As informações relativas às provisões devem incluir: valor contábil no início e no fim do período; provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento nas provisões existentes; valores utilizados, incorridos e baixados contra a provisão; valores não utilizados, revertidos durante o período; e o aumento, durante o período, no valor descontado a valor presente, proveniente da passagem de tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto (CPC 25, 2009).

Assim sendo, de forma sintetizada pode-se dizer que as provisões são perspectivas de redução do ativo ou aumento do passivo, representando uma estimativa de alteração patrimonial. Logo, é possível dizer que existem diversas tipologias de provisões, tais como, provisões para garantias, de reestruturação, para riscos ambientais, cíveis e trabalhistas, provisões fiscais e/ou tributárias etc.

No tocante às provisões e passivos contingentes, diversos estudos vêm sendo realizados, a partir da necessidade de se conhecer a qualidade e a evolução da sua evidenciação, a ocorrência de reclassificações entre passivos contingentes e provisões, bem como os fatores que podem influenciar a divulgação e suas consequências econômicas, uma vez que tais itens parecem relevantes na contabilidade das empresas, como demonstraram Neves e Bonfim (2021).

Dessa forma, ressalta-se que as provisões são consideradas informações financeiras, assim como existem outras informações dentro da contabilidade consideradas financeiras, tais como: (lucro líquido, lucro bruto, margem operacional, receita operacional, despesa operacional, fluxo de caixa, estrutura de capital) e que poderiam ser consideradas como variáveis independentes e assim serem analisadas de modo em considerar como se daria a relação com o desempenho ESG.

No entanto, a escolha do reconhecimento de provisões em detrimento dessas variáveis foi baseada em sua importância nos relatórios financeiros das empresas, visto que as provisões representam estimativas de passivos ou obrigações futuras, e seu reconhecimento contábil pode

refletir o comprometimento da empresa com aspectos socioambientais e de governança. O reconhecimento de provisões pode influenciar diretamente a percepção do desempenho ESG de uma empresa. Dessa forma, ao priorizar o reconhecimento de provisões em detrimento de outras variáveis independentes, o estudo busca examinar a associação específica entre as práticas contábeis e o desempenho ESG, buscando compreender a relação entre a gestão de passivos e o compromisso das empresas com aspectos ambientais, sociais e de governança.

2.5 Estudos Anteriores e Elaboração das Hipóteses

Estudos relacionados ao *disclosure* ESG atrelado ao desempenho e os reflexos do reconhecimento de provisões foram levantados para construir e sustentar o objetivo desta pesquisa.

Tendo em vista que o desempenho ESG (*score*) é decorrente da transparência das empresas (divulgação) quanto às suas práticas ambientais, sociais e de governança, é esperado que ele esteja relacionado ao desempenho econômico-financeiro e vice-versa. Essa relação pode ser explicada, por exemplo, por Flores *et al.* (2019), quando afirmam que as informações não financeiras (ambientais, sociais e de governança) podem ser consideradas como pré-financeiras, ou seja, se traduzem em desempenho financeiro no futuro. Por outro lado, Jost, Kroenke e Hein (2021), ao avaliarem a relação causa-efeito entre desempenho e divulgação, encontraram indícios de que as empresas, ao apresentarem melhor desempenho no mercado, tendem a mostrar melhores feitos sustentáveis (o que corresponderá a um maior *score* ESG).

Os estudos revisados na literatura nacional e internacional apresentam diferentes enfoques na relação entre sustentabilidade, divulgação corporativa e desempenho financeiro. Nesse sentido, Pinheiro *et al.* (2022) focaram na divulgação ambiental de empresas brasileiras e holandesas, apontando que empresas brasileiras tendem a ser mais transparentes em suas divulgações ambientais e que fatores como vendas, valor de mercado, tamanho e idade da firma se relacionam positivamente com essa divulgação, enquanto lucros e ativos mostraram uma relação negativa. Em contraste, Gonçalves, Anjos e Freitas (2019) não encontraram influência da RSC sobre o desempenho financeiro das empresas listadas na B3.

A discrepância nos resultados pode ser atribuída a algumas nuances metodológicas entre os estudos, como a constituição da amostra, o método adotado e o período avaliado. Pinheiro *et al.* (2022) analisaram empresas brasileiras e holandesas listadas no ranking Forbes 2015, considerando o período de 2015 a 2017. Em contrapartida, Gonçalves, Anjos e Freitas (2019) contemplaram uma amostra composta apenas por empresas brasileiras do mesmo setor inseridas

no projeto piloto do Relato Integrado, durante o período de 2013 a 2017. Essa distinção na abordagem, na composição da amostra e nos intervalos temporais analisados pode ter contribuído significativamente para os resultados distintos desses estudos.

Outro estudo que buscou analisar as empresas brasileiras listadas na B3 foi o desenvolvido por Borges Júnior (2019), que constatou que aquelas que publicam relatórios de sustentabilidade tendem a apresentar médias superiores para medidas de desempenho, tamanho e alavancagem, indicando uma associação positiva entre a publicação do relatório de sustentabilidade e essas variáveis. Ao passo que Pereira *et al.* (2020) encontraram uma relação positiva e significativa entre o desempenho social corporativo e o desempenho financeiro corporativo nas duas direções de causalidade, mas observaram que a divulgação de relatórios de sustentabilidade não intensificou ou alterou essa relação.

Em contrapartida, Patten (2002) observou uma relação negativa entre a divulgação ambiental e o desempenho das empresas dos EUA, sugerindo que empresas em indústrias menos sensíveis ao meio ambiente são mais afetadas pela divulgação ambiental em comparação com as empresas em indústrias ambientalmente sensíveis, ou seja, a divulgação de informações ambientais tem um impacto diferenciado dependendo do setor industrial ao qual uma empresa pertence. Empresas em indústrias menos sensíveis ao meio ambiente, ou seja, aquelas cujas operações não estão diretamente ligadas a questões ambientais, podem ser mais afetadas pela divulgação de informações sobre práticas ambientais do que aquelas em indústrias que são naturalmente mais atentas às questões ambientais.

Isso ocorre porque as empresas em setores menos sensíveis ao meio ambiente geralmente não são tradicionalmente avaliadas ou monitoradas com tanta intensidade em relação às suas práticas ambientais. Quando essas empresas começam a divulgar informações relacionadas ao meio ambiente, isso pode causar um impacto maior no mercado, pois é uma novidade e pode influenciar a percepção dos investidores, analistas e consumidores sobre sua postura ambiental.

Por outro lado, as empresas em indústrias ambientalmente sensíveis já são amplamente reconhecidas por sua influência no meio ambiente e geralmente estão sujeitas a regulamentações mais estritas e a expectativas mais altas em relação às suas práticas sustentáveis. Portanto, a divulgação de informações ambientais por essas empresas pode ter um impacto menor ou mais esperado, uma vez que o mercado já tem uma consciência prévia sobre seu papel e suas responsabilidades ambientais.

Por sua vez, Raimo *et al.* (2021) revelaram que empresas com maior transparência na divulgação ESG se beneficiam do acesso a recursos financeiros de terceiros em melhores

condições, enquanto Buallay (2019) destacou que a divulgação sustentável pode ter efeitos positivos no desempenho de mercado, mas impactos negativos no desempenho financeiro e operacional das instituições financeiras. Esses estudos apresentam resultados diversos, demonstrando, tanto associações positivas entre divulgação ambiental e desempenho, quanto associações negativas e, até mesmo, a ausência de influência direta da RSC no desempenho financeiro.

Os determinantes do *disclosure* revelam-se como elementos cruciais na compreensão da transparência corporativa; dessa forma, ao explorar as nuances desses fatores, é possível adentrar a análise das provisões, cujo impacto se manifesta na estruturação e na prestação de contas das empresas. Dessa forma, ao considerarem as provisões, Neves e Bonfim (2021) analisaram uma amostra de 391 empresas, onde foi possível observar que apenas 25% das empresas da amostra não contabilizaram nenhum tipo de provisão. Em termos gerais, os autores verificaram que 260 empresas tiveram provisões trabalhistas, 233 reconheceram provisões cíveis, 207 contabilizaram provisões tributárias e 20 apresentaram provisões ambientais. Além disso, encontraram que no setor de comércio foram reconhecidas provisões nas esferas cíveis, trabalhistas e tributárias e que as provisões ambientais são frequentes em setores com atividades consideradas potencialmente poluidoras e/ou que utilizam recursos naturais.

Nesse sentido, apesar de Neves e Bonfim (2021) não avaliarem o contexto do ESG eles fazem um reporte a respeito do comportamento das provisões, sendo esta uma das variáveis avaliadas neste estudo. Portanto, os autores citados oferecem suporte para condução do presente estudo, auxiliando na análise da relação entre provisões e desempenho ESG, uma vez que permite identificar a distribuição e o panorama das provisões em empresas brasileiras de capital aberto. Além disso, a associação das provisões ambientais com setores de atividades consideradas poluentes ou que envolvem recursos naturais, conduz a reflexões sobre a importância de se analisar o impacto ambiental e relação entre as provisões e as métricas ESG, contribuindo para a compreensão do impacto dessas provisões no panorama geral do desempenho ESG das empresas.

Em relação à qualidade e evolução da evidenciação dos passivos contingentes e provisões, Cunha e Ribeiro (2016) e Pacheco *et al.* (2022) constataram que, apesar da evolução, ainda há divergências em se divulgar conforme exigem o CPC 25 e o IAS 37. Este fato pode estar atrelado ao não cumprimento dos padrões de evidenciação ou, até mesmo, devido às empresas não apresentarem passivos a serem evidenciados.

Oliveira, Minatto e Borba (2022) dedicaram-se a avaliar os efeitos da reclassificação de passivos contingentes no desempenho econômico-financeiro dos clubes de futebol brasileiros,

durante o período de 2011 a 2018, ao passo que Borges e Rover (2022) analisaram as características das provisões e dos passivos contingentes e o reflexo da reconfiguração das contingências nas companhias abertas brasileiras listadas na B3. Estes estudos demonstraram que os passivos contingentes, ao se realizarem, trazem efeitos significativos para a lucratividade e a rentabilidade. Portanto, a possibilidade de realização dos passivos contingentes, apesar de não estarem reconhecidos no Balanço Patrimonial, pode trazer impactos econômico-financeiros.

Por outro lado, Fonteles *et al.* (2013), Pinto *et al.* (2014) e Acar e Ozkan (2017) avaliaram os fatores que influenciam a divulgação de passivos contingentes e provisões, bem como as consequências dessa divulgação. Nesse sentido, Fonteles *et al.* (2013) observaram que as variáveis: setor, segmento, tamanho, rentabilidade e liquidez estão diretamente interligados ao nível de evidenciação das provisões, ao passo que Acar e Ozkan (2017) denotaram que o tamanho do conselho de administração influencia no reconhecimento das provisões, uma vez que empresas com conselho de administração maior tendem a apresentar maiores índices de provisão. Pinto *et al.* (2014) reportaram que o lucro por ação, endividamento e provisão por ação apresentam uma relação positiva com *disclosure* de provisões.

Silva, Araújo e Santos (2018) fizeram uma avaliação do grau de conformidade entre a rentabilidade e o *disclosure* de provisões e passivos contingentes ambientais das empresas de alto potencial poluidor listadas na B3, e constataram que nem sempre as empresas mais rentáveis são as que apresentam um maior número de divulgações sobre provisões e passivos contingentes. Essa constatação foi obtida, ao considerar a variável independente rentabilidade, a qual apresentou um coeficiente negativo e com significância estatística, portanto, denota-se uma relação indireta entre a rentabilidade e a variável dependente divulgação, sugerindo, dessa forma, que empresas mais rentáveis divulguem menos informações.

Ribeiro *et al.* (2019) investigaram se a ocorrência de passivo ambiental, reconhecido pelas empresas no balanço (provisão), está positivamente associada ao nível de *disclosure* ambiental das empresas do setor de energia elétrica listadas na B3. As autoras citadas encontraram a existência de uma relação positiva entre o nível de *disclosure* e as variáveis: tamanho, rentabilidade e a presença no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), e que as empresas que reconheceram provisão ambiental tinham inclinação em apresentar maior nível de *disclosure* ambiental.

Em outra perspectiva, Silva, Rover e Ferreira (2022) avaliaram os fatores que influenciam no montante evidenciado de passivos ambientais por empresas brasileiras listadas na B3, classificadas como potencialmente poluidoras, por meio da utilização das informações

contidas nas demonstrações contábeis e notas explicativas do período de 2017 a 2019. Este estudo contemplou uma amostra de 182 empresas e os resultados inferiram que as instituições com mais contingências ambientais são aquelas que possuem mais passivos ambientais. Salienta-se que a variável de controle, tamanho da empresa, mostrou-se positivamente relacionada com o maior *disclosure* de passivos ambientais.

A evidenciação de provisões e contingências também foi relacionada com a qualidade da informação contábil, medida pelo valor empresarial e pela persistência dos lucros. Santos *et al.* (2023) tiveram esse objetivo e concluíram que as provisões e os ativos contingentes podem ser influentes para a qualidade da informação contábil e importantes para análise dos *shareholders* quanto aos lucros subsequentes, isso porque, os resultados apontaram associação entre provisões e lucros persistentes e entre ativos contingentes e redução dos lucros. Em outras palavras, as provisões tendem a gerar alerta aos resultados financeiros e confiança para os *shareholders*, diante da transparência empresarial, ao passo que os ativos contingentes, apesar de sinalizarem um cenário otimista, pode não ser um fator de interesse para *stakeholders* mais conservadores, pelo risco de ocultar cenários pessimistas.

Como pode ser visto, embora haja diversos estudos que abordaram as provisões, assim como aqueles que discorreram sobre o *disclosure* voluntário de ESG e RSC, seus fatores determinantes e consequências econômicas, há uma lacuna no que tange à relação entre o reconhecimento de provisões e o desempenho ambiental, social e de governança das companhias. Observa-se que os estudos mencionados testaram as relações entre as variáveis econômicas, *scores* ESG e provisões, contudo, de maneira segregada e, muitas vezes, limitando-se a setores específicos e apresentando resultados contraditórios.

O construto dessa pesquisa envolve a interseção entre as práticas contábeis de reconhecimento de provisões, que refletem a responsabilidade financeira das empresas, e as métricas ESG, que capturam o impacto ambiental, social e de governança das operações corporativas. Ao se pensar na relevância de informações em torno do *disclosure* de RSC, vinculado às práticas ESG, verifica-se uma oportunidade para identificar as possíveis relações inerentes às provisões e o desempenho ESG e, assim, analisar se as empresas que divulgam a prática de ações de RSC e, conseqüentemente, apresentam *score* ESG, estão contribuindo para evitar ou minimizar os riscos ambientais, legais e sociais, representados pelas provisões.

Nessa perspectiva, Ruiz-Blanco, Romero e Fernandez-Feijoo (2021) e Yu, Van Luu e Chen (2020) discorrem sobre a prática de empresas em divulgarem, de forma exagerada, o seu desempenho ESG, uma vez que esses dados nem sempre passam por um processo de auditoria, comprometendo, assim, a confiabilidades das informações. Os autores citados afirmam que é

necessário reportar as informações condizentes com a realidade, destacando a importância em se ter transparência e governança corporativa para se obter uma divulgação de confiança frente às práticas e desempenho interligados ao ESG. Em outras palavras, parece ser contraditório uma empresa ter ótimo desempenho ESG quando há elevado montante de provisões reconhecidas.

Essa aparente dicotomia levanta questões sobre a consistência entre a narrativa ESG divulgada e as práticas da empresa. A alta quantidade de provisões reconhecidas pode sugerir desafios significativos, como passivos ambientais, riscos sociais imprevistos ou deficiências na governança corporativa, contradizendo a imagem ESG que a empresa busca retratar. Esse cenário aponta para a necessidade de uma análise crítica das métricas ESG, considerando não apenas a quantidade, mas também a natureza e a origem das provisões reconhecidas. Essa abordagem mais abrangente possibilita ampliar as interpretações e promover uma compreensão da relação entre o reconhecimento de provisões e o desempenho ESG das empresas, contribuindo para uma avaliação mais holística e informada das práticas de sustentabilidade no cenário corporativo.

No contexto deste estudo, a Teoria do *Disclosure* emerge como base para compreensão em torno da interação entre o reconhecimento de provisões e o desempenho ESG. A teoria do *disclosure*, em sua essência, refere-se à prática de divulgar informações, por parte das empresas, uma iniciativa voltada a estabelecer transparência.

Como ressaltado por Verrecchia (2001), a verdadeira divulgação de informações é fundamentada na premissa dos altos custos judiciais e na potencial erosão do nome da empresa, associada à manipulação de informações. Healy, Huntton e Palepu (1999) identificam dois fatores adicionais que contribuem para a confiabilidade do *disclosure* voluntário: a reputação dos gestores e o risco de processos judiciais. No entanto, o desafio persiste, uma vez que a falta de auditoria nas divulgações ESG pode limitar a integridade dessas informações, sublinhando a importância de abordagens metodológicas cuidadosas ao interpretar e utilizar dados voluntários para análises. Em geral, a compreensão de que o *disclosure* voluntário de hoje se tornará o *disclosure* obrigatório de amanhã, conforme destacado por Houlthausen e Watts (2001), pode mitigar incentivos para manipulação, mas a ausência de auditoria ainda representa uma limitação para a confiabilidade da divulgação voluntária de práticas ESG.

Pelo exposto, depreende-se que empresas com provisões reconhecidas tenham uma tendência em divulgar mais as práticas ambientais, sociais e de governança, no sentido de uma compensação ou legitimação perante a sociedade e/ou o mercado. Com isso, é esperado que

tais empresas tenham um melhor desempenho ESG. Sendo assim, apresenta-se as quatro primeiras hipóteses do estudo:

H1: o reconhecimento de provisões está positivamente relacionado ao desempenho ESG das companhias brasileiras listadas na B3

H2: o reconhecimento de provisões está positivamente relacionado ao desempenho ambiental das companhias brasileiras listadas na B3.

H3: o reconhecimento de provisões está positivamente relacionado ao desempenho social das companhias brasileiras listadas na B3.

H4: o reconhecimento de provisões está positivamente relacionado ao desempenho de governança das companhias brasileiras listadas na B3.

Adicionalmente, é possível apurar as provisões ambientais e aquelas que são consideradas sociais, como no caso das provisões previdenciárias (ou trabalhistas), cívicas e de benefícios a empregados. Desse modo, pode-se relacioná-las com os *scores* ambiental e social, respectivamente, partindo da mesma expectativa de que quanto maior o montante reconhecido desses tipos de provisões, maior será o desempenho (*score*) ambiental e social, como previsto nas hipóteses a seguir:

H5: o reconhecimento de provisões ambientais está positivamente relacionado ao desempenho ambiental das companhias brasileiras listadas na B3.

H6: o reconhecimento de provisões sociais está positivamente relacionado ao desempenho social das companhias brasileiras listadas na B3.

Não há suporte teórico ou na literatura para promover uma segregação ou um agrupamento de determinados tipos de provisão que se caracterizariam como de governança, uma vez tal dimensão envolve elementos relativos à gestão e transparência. Nesse sentido, entende-se que a hipótese H4 supre, em linhas gerais, a análise almejada neste estudo. Na sequência são apresentados os procedimentos metodológicos que envolvem a coleta dos dados e seu tratamento, de modo a possibilitar o teste das hipóteses, bem como o alcance do objetivo.

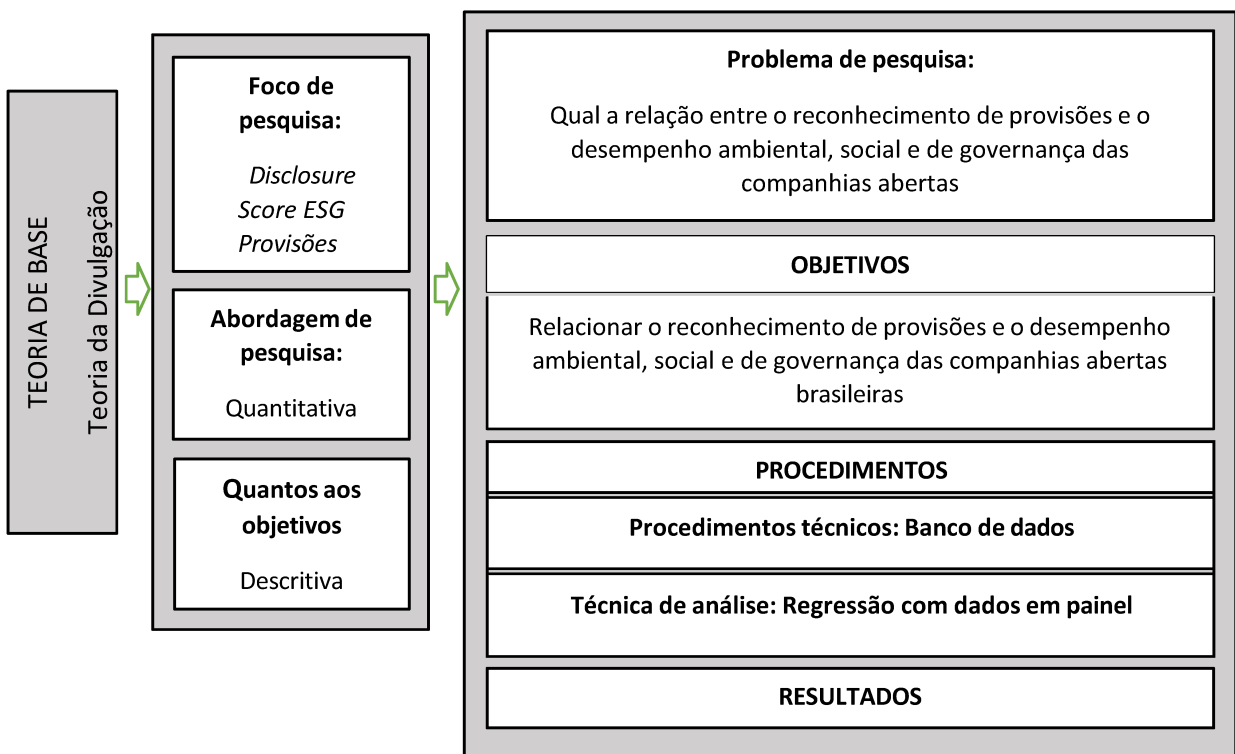
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Desenho da pesquisa

O *score* ESG reflete o desempenho ambiental, social e de governança das empresas. A pesquisa, portanto, avaliou o comportamento do *score* ESG e das provisões ao longo do tempo; quantificou as provisões reconhecidas pelas empresas pelo valor monetário, por *dummy* e pela materialidade quanto ao Ativo e relacionou-as ao *score* ESG.

Esta pesquisa é caracterizada como descritiva quanto ao objetivo, com abordagem quantitativa e procedimento técnico que envolve banco de dados (dados secundários, obtidos de Demonstrações Contábeis publicamente disponíveis). A Figura 1 ilustra o desenho da pesquisa.

Figura 1 – Desenho da pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

3.2 População

A população da pesquisa contempla as companhias abertas brasileiras listadas na B3, no período de 2014 a 2022, que apresentam *score* ESG na base Refinitiv, totalizando 97 companhias. A justificativa para determinação do período estudado está embasada em avaliar dados publicamente disponíveis e, somente a partir do ano de 2014 houve divulgação do *score* ESG.

A escolha pela base da Refinitiv deve-se à acessibilidade e pelo fato de as pontuações ESG serem projetadas para medir o desempenho, o comprometimento e a eficácia ESG relativos

de uma empresa. Os dados são atualizados semanalmente, incluindo o recálculo das pontuações ESG. Em determinado momento, as pontuações são marcadas como definitivas para todos os anos históricos, excluindo os cinco mais recentes. Dessa forma, as pontuações definitivas permanecem inalteradas, mesmo que haja alterações nos dados subjacentes, devido a reformulações da empresa ou correções de dados (Refinitiv, 2022).

3.3 Coleta de dados

Os dados foram coletados mediante o acesso à base Refinitiv, a qual deixa explícito que a pontuação ESG é obtida conforme a avaliação dos dados publicamente disponíveis e auditáveis, disponibilizados pelas empresas. Os temas principais, avaliados para ponderação dos cálculos, são alocados em categorias, seguindo os três pilares do ESG (ambiental, social e governança). Para tanto, a pontuação do pilar ESG é uma soma relativa dos pesos das categorias, que variam por setor, para as categorias ambientais e sociais. Para governança, os pesos permanecem os mesmos em todos os setores (Refinitiv, 2022). No Quadro 3 são expostos os temas avaliados para pontuação.

Quadro 3 – Classificação dos pilares - conforme categorias, temas e pontos de dados

Pilares	Categorias	Temas
Ambiental	Emissão	emissões
		desperdício
		biodiversidade
		sistema de gestão ambiental
	Inovação	inovação de produto
		receitas verdes, P&D e despesas de capital
	Uso de Recursos	água
		energia
		embalagem sustentável
		cadeia de abastecimento ambiental
Social	Comunidade	igualmente importante para todos os grupos do setor, um peso médio de 5 atribuído a todos
	Direitos Humanos	direitos humanos
	Responsabilidade pelo produto	marketing responsável
		qualidade do produto
		dados privados
	Trabalhadores	diversidade e inclusão
desenvolvimento de carreira e treinamento		

		condições de trabalho
		saúde e segurança
Governança	Estratégia de RSC	estratégia de RSC
		relatório ESG e transparência
	Gestão	estrutura (independência, diversidade, comitês)
		compensação
	Acionistas	direitos dos acionistas
		defesas de aquisição

Fonte: Elaborado conforme a base de dados Refinitiv (2022).

Ao verificar o Quadro 3, observa-se que cada letra que compõe o acrônimo apresenta temáticas a serem avaliadas dentro das empresas. Dessa forma, com base nos temas abordados em cada categoria, inclui-se os pontos de dados com divulgação suficiente, os quais são utilizados como *proxy*. Os temas e pontos de dados apresentam uma relação um-para-um, portanto, há um ponto de dado identificado por tema (Refinitiv, 2022).

Logo, o cálculo dos pesos das categorias é um processo detalhado e estruturado, essencial para a avaliação geral. Para normalizar os pesos das categorias entre 0 e 100, critérios são considerados, como por exemplo, quando uma categoria possui múltiplos temas e seus respectivos pontos de dados, a metodologia de pontuação pondera a média de cada ponto de dados por grupo da indústria para determinar o peso da categoria. Inicialmente, os pesos padrão começam em cinco pontos, que representam a mediana, variando de 1 a 10 com base na distribuição dos pontos do grupo industrial (Refinitiv, 2022).

Para categorias ambientais e sociais, a ponderação é derivada de uma combinação entre as medianas da indústria e transparência. Por exemplo, a categoria comunidade recebe peso igual em todos os grupos industriais, refletindo sua importância uniforme. Já na governança, os pesos são determinados não por temas, mas sim pelos pontos de dados subjacentes. Com três categorias nesse pilar, o total de pontos de governança é 15, sendo calculado o peso de magnitude para governança com base nesse total. Algumas categorias, como despesas de P&D "ambientais" e marketing responsável, têm pesos padrão de um devido à falta de disponibilidade de dados em alguns grupos industriais, não cumprindo os limites de transparência estabelecidos. Esse método detalhado é aplicado para assegurar a consistência na atribuição de pesos às categorias, considerando a relevância e disponibilidade dos dados em cada contexto industrial (Refinitiv, 2022).

Nesse sentido, após a realização paramétrica e efetivação dos cálculos, torna-se possível agrupar as companhias de acordo com a faixa de pontuação ESG obtida, conforme representado no Quadro 4.

Quadro 4 – Classificação Pontuação ESG – Base Refinitiv

Pontuação	Quartil	Descrição
0 a 25	Primeiro quartil	A pontuação dentro dessa faixa indica desempenho relativo ruim de ESG e grau insuficiente de transparência na geração de relatórios públicos de dados materiais de ESG.
> 25 a 50	Segundo quartil	A pontuação dentro dessa faixa indica um desempenho relativo satisfatório de ESG e grau moderado de transparência na geração de relatórios públicos de dados materiais de ESG.
> 50 a 75	Terceiro quartil	A pontuação dentro dessa faixa indica um desempenho relativo bom de ESG e grau médio de transparência na geração de relatórios públicos de dados materiais de ESG.
> 75 a 100	Quarto quartil	A pontuação dentro dessa faixa indica um desempenho relativo excelente de ESG e alto grau de transparência na geração de relatórios públicos de dados materiais de ESG.

Fonte: Elaborado conforme a base de dados Refinitiv (2022).

Constata-se que as companhias listadas no primeiro quartil não apresentam um valor significativo de práticas incrementais nas diretrizes do ESG. A partir do segundo quartil, é notável que as empresas apresentam uma certa relevância em termos de divulgação e desempenho de ESG, logo pondera-se que uma pontuação estendida entre 25 e 50 pontos apresenta um desempenho satisfatório. Quando apresenta uma nota compreendida entre 50 e 75 pontos há um bom desempenho e, por fim, ao sinalizar a marca de 75 a 100 pontos, verifica-se uma excelência de execução e geração de relatórios ESG.

Por meio da plataforma Economatica, foram coletadas informações referentes ao valor das provisões, setor de atuação, governança corporativa, rentabilidade, alavancagem e ativo total das empresas selecionadas. Ressalta-se que as informações relativas a essas variáveis foram extraídas diretamente da plataforma Economatica, sem a necessidade de consulta às Demonstrações Contábeis e/ou Notas Explicativas.

O período analisado compreendeu os anos de 2014 a 2022, sendo que algumas empresas não registraram provisões em todos os anos, no entanto, a presença de provisões em pelo menos um ano foi suficiente para inclusão na pesquisa. Além disso, algumas empresas não forneceram informações sobre o valor de certas provisões em determinados anos.

As provisões evidenciadas foram: Provisão Previdenciária (PPREV); Provisão Cível (PCIVI), Provisão para Garantia (PGARA), Provisão para Reestruturação (PREES), Provisão Ambiental (PAMBI), Provisão para Impostos (PIMPO) e Provisão para Benefícios a Empregados (PBENE).

Destaca-se que houve a avaliação do *score* ESG de forma global e segregada em suas dimensões, visto que oferece uma visão abrangente e integrada das práticas e desempenho de uma empresa nos aspectos ambiental, social e de governança. No entanto, ao analisar pontuações segregadas para cada um desses aspectos, é possível identificar áreas específicas dentro de uma organização. Esta abordagem detalhada pode ampliar as reflexões sobre como o reconhecimento de provisões afeta o desempenho ESG em empresas listadas no Brasil.

O Quadro 5 elenca as variáveis utilizadas nos modelos econométricos. Além da variável de interesse, foram tomadas variáveis identificadas na literatura como determinantes do nível de *disclosure* e que, portanto, podem impactar o desempenho ESG. Denota-se que para a variável rentabilidade, foram utilizados 2 indicadores o ROA e o ROE. Ao utilizar ambos os indicadores em um estudo sobre o reconhecimento de provisões e o desempenho ESG, torna-se possível obter uma visão mais abrangente e detalhada do impacto das práticas contábeis no desempenho financeiro e na percepção de sustentabilidade da empresa. O ROE pode mostrar como o reconhecimento de provisões influencia diretamente a rentabilidade em relação ao capital dos acionistas, enquanto o ROA pode indicar como essa prática afeta a eficiência operacional da empresa em relação aos ativos totais. Combinar esses indicadores pode fornecer uma compreensão mais completa do impacto do reconhecimento de provisões no contexto do desempenho ESG e financeiro da empresa.

Quadro 5 – Variáveis a serem utilizadas nos modelos econométricos

Variável	Tipo de Variável	Proxy	Sigla	Efeito Esperado	Autores
Desempenho ESG	Dependente	Score ESG	ESG	N/A	Drempetic, Klein e Zwergel (2019); Crespi e Migliavacca (2020); Sharma Panday e Dagwal (2020); Elafify (2021); Rahman e Alsayegh (2021); Abdi, Li e Câmara-Turull (2022); Martins e Cunha (2022)
Desempenho ambiental	Dependente	Score ambiental	ENV	N/A	Crespi e Migliavacca (2020); Abdi, Li e Câmara-Turull (2022); Martins e Cunha (2022)
Desempenho social	Dependente	Score social	SOC		
Desempenho de governança	Dependente	Score de governança	GOV		
Provisões	Independente	Valor monetário da provisão reconhecida pela empresa <i>i</i> no ano <i>t</i>	PROVT	(+)	Ribeiro <i>et al.</i> (2019); Neves e Bonfim (2021); Borges e Rover (2022); Oliveira, Minatto e Borba (2022);
	Independente	Dummy de valor "1" para empresa <i>i</i> que possui provisão no ano <i>t</i> ; e "0" caso não apresente provisão	PROV_D		Ribeiro <i>et al.</i> (2019)
		Representatividade do valor total de	PROVT_AT		Ribeiro <i>et al.</i> (2019)

	Independente	provisão da empresa i no ano t , em relação ao valor total do ativo da empresa i no t , expresso em percentual			
Tamanho	Controle	Logaritmo Natural do Ativo	AT	(+)	Murcia e Santos (2009); Rover <i>et al.</i> (2012); Fernandes (2013); Dal Magro <i>et al.</i> (2015); Rufino e Machado (2015); Consoni e Colauto (2016); Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017); Borges Júnior (2019); Drempetic, Klein e Zwergel (2019); Crespi e Migliavacca (2020); Sharma, Panday e Dangwal (2020); Elafify (2021); Rahman e Absayegh (2021); Pinheiro <i>et al.</i> (2022)
Rentabilidade	Controle	Lucro Líquido / Ativo	ROA	(+)	Rover <i>et al.</i> (2012); Consoni e Colauto (2016); Silva, Araújo e Santos (2018); Borges Júnior (2019); Sharma, Panday e Dangwal (2020); Rahman e Absayegh (2021)
	Controle	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	ROE	(+)	Murcia e Santos (2009); Fernandes (2013); Dal Magro <i>et al.</i> (2015); Rufino e Machado (2015); Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017); Elafify (2021)
Alavancagem	Controle	Passivo / Patrimônio Líquido	ALAV	(+)	Murcia e Santos (2009); Rover <i>et al.</i> (2012); Dal Magro <i>et al.</i> (2015); Consoni e Colauto (2016); Souza e Almeida (2017); Silva, Araújo e Santos (2018); Borges Júnior (2019); Crespi e Migliavacca (2020); Sharma, Panday e Dangwal (2020); Elafify (2021); Rahman e Absayegh (2021)
Setor	Controle	Vetor de variáveis <i>Dummy</i> que identifica os setores de atuação correspondentes das companhias da amostra	SETOR	(+)	Patten (2002); Murcia e Santos (2009); Consoni e Colauto (2016); Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017); Souza e Almeida (2017); Panday e Dangwal (2020)
Governança Corporativa	Controle	<i>Dummy</i> de valor "1" para empresa i listada no Novo Mercado no ano t ; e "0" para listagem em outros segmentos	SEG	(+)	Murcia e Santos (2009); Fernandes (2013); Consoni e Colauto (2016); Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017); Silva, Araújo e Santos (2018); Ribeiro <i>et al.</i> (2019)

Fonte: Elaboração própria. N/A = não se aplica. Notas: ESG = *environmental* (ambiental) – social – *governance* (governança); ENV = *environmental* (ambiental); SOC = social; GOV = *governance* (governança); PROV_T = provisão; PROV_D = provisão por *dummy*; PROV_AT = provisão em relação ao ativo; AT = ativo; ROA = return

on assets (retorno sobre o ativo); ROE = return on equity (retorno sobre o patrimônio líquido); ALAV= alavancagem; SEG = segmento de listagem.

Após a determinação das variáveis, foram estabelecidos os procedimentos de análise de dados.

3.4 Procedimentos de análise dos dados

Os dados foram analisados por estatísticas descritivas e regressão com dados em painel, por meio do software Stata. A metodologia de regressão de dados em painel é uma abordagem estatística amplamente utilizada na análise de dados longitudinais, pois permite estudar as diferenças entre as variáveis em cada período e analisar a evolução temporal de um fenômeno. O objetivo principal dos modelos de regressão de dados em painel é analisar o comportamento de uma variável dependente (Y), que pode ser quantitativa ou qualitativa, com base no comportamento de variáveis explicativas (Fávero, 2016). Como tiveram dados ausentes ao longo dos anos para determinadas empresas, utilizou-se o painel desbalanceado.

O modelo econométrico genérico para os testes realizados é representado na equação:

$$ESG_{i,t+1} = \beta_0 + \beta_1 PROV_{i,t} + \beta_2 AT_{i,t} + \beta_3 ROA_{i,t} + \beta_4 ROE_{i,t} + \beta_5 ALAV_{i,t} + \beta_6 SEG_{i,t} \sum_{j=1}^{10} \gamma_j * SETOR_j + \sum_{t=2014}^{2022} \theta_t * ANO_t + \varepsilon_{i,t}$$

Em que:

$ESG_{i,t+1}$: representa o valor de ESG para a empresa i no período de tempo $t+1$.

$\beta_0, \beta_1, \beta_2, \beta_3, \beta_4, \beta_5, \beta_6$: são coeficientes que representam a relação entre $ESG_{i,t+1}$ e cada variável independente:

$PROV_{i,t}$: é o valor do lucro para a empresa i no período de tempo t .

$AT_{i,t}$: é o valor dos ativos totais para a empresa i no período de tempo t .

$ROA_{i,t}$: é o retorno sobre os ativos para a empresa i no período de tempo t .

$ROE_{i,t}$: é o retorno sobre o patrimônio líquido para a empresa i no período de tempo t .

$ALAV_{i,t}$: é a alavancagem para a empresa i no período de tempo t .

$SEG_{i,t}$: é o valor do tamanho da empresa i no período de tempo t .

Além disso, a equação possui duas somatórias:

. A primeira somatória, $\sum_{j=1}^{10} \gamma_j \cdot STOR_j$, indica uma soma ponderada das variáveis relacionadas à governança ($STOR_j$) multiplicadas por seus respectivos coeficientes (γ_j).

. A segunda somatória, $\sum_{t=2014}^{2022} \theta_t \cdot ANOt$, indica uma soma ponderada dos anos (ANOt) multiplicados por seus respectivos coeficientes (θ_t).

Por fim, $\epsilon_{i,t}$ representa o termo de erro aleatório, que captura todos os fatores não incluídos no modelo que afetam $ESG_{i,t+1}$ e não são observáveis ou mensuráveis.

Essa equação de regressão é utilizada para entender como as variáveis independentes estão associadas ao ESG das empresas, com base nos seus valores ao longo do tempo.

Para tratar problemas decorrentes da heterocedasticidade e da autocorrelação, os modelos foram estimados com erros padrão-robustos. O uso do comando `vce(robust)`, que é implementado ao final do modelo estimado através do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), é um procedimento crucial na análise de regressão. Para que a regressão por MQO seja confiável, é necessário satisfazer certos pressupostos, entre os quais se destaca a homocedasticidade. O emprego do comando `vce(robust)` é uma abordagem comum e eficaz para corrigir a presença de heterocedasticidade nos dados. Esse comando está associado à utilização do método de Huber-White, que permite a estimação de erros-padrão robustos, ajustados para lidar com a heterocedasticidade presente nos resíduos. Importante notar que a aplicação do método de Huber-White impacta diretamente as estimativas dos erros-padrão e, conseqüentemente, as estatísticas t associadas, mas não afeta as estimativas dos parâmetros, como discutido por Fávero e Belfiore (2017).

Os *outliers* foram tratados mediante o procedimento *winsorize* (winsorização) até o limite de 0,025. Como forma de verificar se os modelos estimados na pesquisa estão sujeitos a problemas de multicolinearidade, foi empregado o Fator de Inflação da Variância (VIF).

Reitera-se que, no processo de execução do modelo de regressão, foram observados e atendidos determinados pressupostos essenciais (verificar se a distribuição dos resíduos segue uma distribuição normal; verificar se os resíduos são independentes entre eles, ou seja, se não há uma correlação e se as variâncias são independentes).

A verificação da normalidade na distribuição dos resíduos foi conduzida em conformidade com o número de observações que, no estudo, totalizaram 526. O uso do teorema central do limite na estatística foi considerado como justificativa para a presunção de normalidade, dada a tendência de maior observação resultar em uma distribuição normal. Em relação à heterocedasticidade, procedimentos recomendados por Fávero (2016) foram adotados,

empregando-se a estimação dos parâmetros com erros padrões robustos, indicando a presença de variâncias discrepantes.

Os coeficientes do modelo foram estimados utilizando o método dos mínimos quadrados ordinários, com os dados empilhados, enquanto o tipo de modelo em painel escolhido se pautou pela parcimônia, optando-se por não realizar testes para identificar efeito fixo, aleatório ou dados empilhados. A exclusão do efeito fixo foi fundamentada na presença de variáveis invariantes ao longo do tempo, garantindo maior consistência na análise. Embora o estudo tenha apresentado poucos valores faltantes, evidenciou-se a natureza desbalanceada do painel utilizado. Os resultados são apresentados e discutidos na próxima seção.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 Estatísticas descritivas

Na Tabela 1 evidencia-se os setores, as provisões e o nível de governança corporativa a partir das 526 observações obtidas na pesquisa.

Tabela 1 – Total de observações por setor, provisões e nível de governança corporativa

Observações por Setor	Frequência	Percentual
Bens industriais	56	10,6
Comunicações	25	4,8
Consumo cíclico	107	20,3
Consumo não cíclico	52	9,9
Financeiro	40	7,6
Materiais básicos	54	10,3
Petróleo gás e biocombustíveis	22	4,2
Saúde	28	5,3
Tecnologia da informação	12	2,3
Utilidade pública	130	24,7
Total	526	100,0
Observações por provisão		
Sem provisão	29	5,5
Com provisão	497	94,5
Total	526	100,0
Observações por nível de governança corporativa		
Outros segmentos	146	27,8
Novo mercado	380	72,2
Total	526	100,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa

Os dados revelam que o setor de utilidade pública é o que possui o maior número de observações (130), representando cerca de 24,7% do total. Isso pode ser atribuído ao fato desse setor ter uma tendência em gerar impactos ambientais e sociais significativos devido à natureza de suas operações, como geração de energia, tratamento de água e gestão de resíduos. Logo,

denota-se uma tendência por parte das empresas desse setor em serem mais rigorosas em termos de governança e transparência. Além disso, o setor de utilidade pública está sujeito a regulações específicas, o que pode influenciar nas políticas de provisionamento. No que diz respeito às provisões, a maioria das observações, 94,5% do total, possui provisões, ou seja, a maior parte das empresas apresentaram essa informação durante o período de 2014 a 2022. Com relação às observações por nível de governança corporativa, os dados apontam que o novo mercado é o nível predominante, representando 72,2% das observações. Isso pode demonstrar um interesse das empresas em adotar práticas mais transparentes e responsáveis em seus negócios.

Na Tabela 2 é possível observar as estatísticas descritivas referentes aos tipos de provisões encontradas nas empresas no período em análise.

Tabela 2 – Estatísticas descritivas das observações por tipo de provisão

Provisões	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
PPREV	,00	2.563.658,47	181.950,81	360.477,65
PCIVI	,00	5.641.418,31	151.182,26	513.789,89
PGARA	,00	553.161,40	10.056,20	60.393,74
PREES	,00	18.913,19	227,67	1.748,26
PAMBI	,00	954.492,28	26.854,65	100.619,52
PIMPO	,00	21.178.270,77	339.818,97	1.488.015,93
PBENE	,00	2.524.936,07	96.741,96	378.505,20
PROVCP	,00	37.664.469,36	435.007,34	2.897.866,57
PROVLP	,00	157.189.041,34	2.473.518,92	12.182.395,75
PROVT	,00	213.465.360,00	3.715.358,76	16.336.946,43
PROVT_AT	,00	0,52	0,05	0,06

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa. Notas: PPREV = provisões previdenciárias; PCIVI = provisões cíveis; PGARA = provisões para garantias; PREES = provisões para reestruturação; PAMBI = provisões ambientais; PIMPO = provisões para impostos; PBENE = provisões para benefícios a empregados; PROVCP = provisões de curto prazo; PROVLP = provisões de longo prazo; PROVT = montante total de provisões; PROVT_AT = total de provisões em relação ao Ativo (%); valores em milhares de Reais, corrigidos pela inflação, exceto para PROVT_AT; N = 526.

Dentre as diferentes provisões, denota-se que a Provisão para Impostos (PIMPO) apresenta o maior valor, podendo ser justificada por litígios envolvendo as obrigações fiscais, como, por exemplo, o pagamento de impostos sobre o lucro das empresas. Por outro lado, a Provisão para Reestruturação (PREES) exibe o menor valor, o que pode ser explicado pelo fato de que essas provisões em geral são reconhecidas e mensuradas em resposta a mudanças no ambiente operacional e estratégico de uma empresa. Nesse sentido, compreende-se que as empresas analisadas passaram por poucos processos de reorganização ou reestruturação, refletindo, portanto, no valor de suas provisões. Em seguida encontra-se a Provisão para Garantias (PGARA), esse resultado pode estar respaldado no fato de que, as empresas podem apresentar uma tendência de confiar na qualidade de seus produtos e serviços, resultando em uma expectativa menor de necessidade de reparos, substituições ou compensações futuras para

clientes.

Outro fator que pode influenciar no valor dessas provisões, está interligado no prazo de garantias, pode ser que as empresas optem em reduzir esse período, devido ao histórico de baixos índices de acionamento, o que pode refletir em um valor menor de provisões. A Provisão de Longo Prazo (PROVLP) destaca-se por apresentar a maior média entre as categorias. Em termos de dispersão dos dados, a Provisão de Curto Prazo (PROVCP) mostra o maior desvio padrão. Isso sugere que as observações, nesta categoria, apresentam uma maior variabilidade em relação à média, o que pode ser atribuído a incertezas ou flutuações nas obrigações de curto prazo.

A análise das informações referentes ao total de provisões em relação ao ativo (%) revela uma faixa relativamente baixa de valores, atingindo um valor máximo de 0,52% e média de 0,05%. Esses resultados podem ser justificados pelo fato de a pesquisa englobar grandes empresas, nas quais as provisões ficam diluídas em relação ao tamanho do ativo.

Na Tabela 3 visualiza-se as estatísticas descritivas das variáveis de controle, bem como o *score* ESG total e por categoria (ambiental, social e de governança).

Tabela 3 – Estatísticas descritivas das observações por características corporativas e *scores* ESG

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
AT	33,84	571.801.026,42	43.013.471,20	60.996.160,73
ROA	-81,49	23,60	4,11	8,00
ROE	-165,77	70,37	7,37	30,61
ALAV	0,00	1.553,97	221,55	259,42
ESG	1,03	91,06	51,34	20,57
ENV	0,00	95,90	46,47	27,39
SOC	1,50	96,72	53,76	23,19
GOV	0,83	94,86	52,98	21,77

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa. Notas: AT = Ativo, em milhares de Reais; ROA = Retorno sobre o Ativo; ROE = Retorno sobre o Patrimônio Líquido; ALAV = Alavancagem; ESG = *score* ESG; ENV = *score* ambiental; SOC = *score* social; GOV = *score* de governança; N = 526; variáveis winsorizadas, exceto o Ativo, aqui apresentado em milhares de Reais.

Ao observar os valores dos ativos das empresas, denota-se que há uma dispersão, o que pode sugerir uma grande variedade de tamanho das empresas envolvidas na pesquisa. Em se tratando do ROA, os dados indicam que, em geral, as empresas obtiveram resultados positivos, no entanto, pelo desvio padrão, pode-se identificar uma diversidade nas performances e a presença de empresas com rentabilidade negativa em relação ao ativo. No que se refere ao ROE, a média de 7,37% indica que há uma tendência de as empresas apresentarem uma rentabilidade positiva sobre seu patrimônio líquido, no entanto, o desvio padrão de 30,61% revela uma dispersão nos resultados, sugerindo que algumas empresas obtiveram um ROE expressivo, enquanto outras enfrentaram desafios. A alavancagem média de 221,55%

demonstra um nível considerável de endividamento, mas o desvio padrão expressivo sugere que algumas empresas possam estar altamente alavancadas, enquanto outras operam com menos dívidas.

Sintetiza-se que a dispersão dos dados aponta para uma heterogeneidade no tamanho das empresas incluídas na pesquisa, sugerindo uma gama diversificada de organizações avaliadas. Essa variedade pode influenciar a interpretação dos resultados, uma vez que empresas de diferentes portes podem ter impactos distintos nos indicadores financeiros. Em relação ao ROA, a presença de empresas com rentabilidade negativa indica que há organizações com desempenho inferior, mesmo que a média geral seja positiva. Esse aspecto sugere a existência de empresas enfrentando desafios significativos na geração de lucro em relação aos seus ativos, o que pode ter implicações tanto operacionais quanto estratégicas.

Já no que diz respeito ao ROE, a alta dispersão nos resultados revela que algumas empresas obtiveram um retorno sobre o patrimônio líquido expressivo, enquanto outras enfrentaram dificuldades em atingir uma rentabilidade satisfatória. Essa disparidade nos resultados do ROE pode indicar diferenças substanciais na eficiência na utilização do patrimônio líquido entre as empresas, levando a diferentes níveis de lucratividade e eficácia na gestão financeira.

Os *scores* ESG, ambiental, social e de governança apresentam uma variação considerável entre suas pontuações mínimas e máximas. Isso indica que há uma diversidade de práticas e desempenhos entre as empresas analisadas. Além disso, observa-se que a média do *score* ESG (51,34), é positiva e está acima do ponto médio (50 pontos) da escala utilizada pela Refinitiv. Isso sugere que as empresas analisadas tendem a ter práticas e políticas alinhadas com critérios de sustentabilidade, responsabilidade social e boa governança.

Observa-se uma média positiva para os *scores* ambiental, social e de governança, sendo o *score* ambiental (46,47) está abaixo do ponto médio da escala da Refinitiv. Além disso, o *score* ambiental apresenta o maior desvio padrão, refletindo variabilidade nas práticas ambientais adotadas pelas empresas, possivelmente relacionada a diferentes graus de compromisso com a sustentabilidade e políticas verdes. O *score* social tem a maior média, indicando melhor desempenho nas práticas sociais. O *score* de governança tem desvio padrão moderado, sugerindo maior uniformidade nas práticas de governança corporativa nas empresas analisadas. Apesar das variações, valores próximos ao máximo nos *scores* indicam bom desempenho em questões ambientais, sociais e de governança por algumas empresas.

Além disso, infere-se que a análise das estatísticas descritivas revelou valores mínimos de zero, tanto para alavancagem quanto para o pilar ambiental entre as observações

relacionadas às características corporativas e aos *scores* ESG das empresas estudadas. O valor mínimo zero para alavancagem sugere a possível ausência de endividamento ou a adoção de estratégias financeiras conservadoras por parte de algumas empresas na amostra, refletindo-se em um nível insignificante ou ausência total de dívidas. Quanto ao pilar ambiental, o valor mínimo zero indica a possibilidade de dados ausentes ou a falta de divulgação de práticas ou políticas ambientais específicas adotadas por algumas empresas, sugerindo uma potencial falta de ênfase na divulgação de suas iniciativas ambientais.

Os quartis de pontuação do *score* ESG na Refinitiv representam uma estratificação das empresas em diferentes categorias, com base em seus desempenhos ambientais, sociais e de governança. Ao dividir o conjunto de empresas em quatro partes iguais, os quartis oferecem uma visão estruturada e comparativa das pontuações ESG.

O primeiro quartil, abrangendo as pontuações mais baixas de ESG, sugere um desempenho relativamente ruim em comparação com as demais empresas. O segundo quartil indica um desempenho satisfatório, enquanto o terceiro quartil evidencia um desempenho bom e o quarto quartil, representando as pontuações mais altas, reflete um desempenho excelente das empresas em suas práticas ambientais, sociais e de governança. Essa segmentação em quartis permite uma análise mais granular e facilita a compreensão da distribuição das empresas em relação às métricas ESG, possibilitando comparações entre seus respectivos desempenhos, conforme descrito na base Refinitiv. A Tabela 4 evidencia a relação entre as 526 observações realizadas neste estudo com os quartis.

Tabela 4 – Relação entre o n° de observações e os quartis de desempenho ESG da base Refinitiv

Quartil	Descrição	N° de Observações
1°	Desempenho relativo ruim	69
2°	Desempenho relativo satisfatório	166
3°	Desempenho relativo bom	230
4°	Desempenho relativo excelente	61

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Evidencia-se que a maior parte das observações ficaram concentradas no 3° quartil, ou seja, empresas com desempenho ESG relativo bom. Esse resultado revela que as empresas que apresentam provisões estão reportando bom desempenho ESG (bom *score* ESG), isto é, pode ser um indício de que o reconhecimento de provisões está positivamente relacionado ao desempenho ambiental, social e de governança.

4.2 Relação entre o reconhecimento de provisões e o desempenho ESG

Durante a execução dos testes estatísticos para três modelos distintos (Tabelas 7, 8 e 9), uma matriz de correlação foi gerada para analisar as relações entre as variáveis. Os resultados obtidos revelaram que os coeficientes de correlação próximos a +1 indicam uma associação positiva robusta entre as variáveis, enquanto valores próximos a -1 sugerem uma associação negativa. Por outro lado, coeficientes próximos a 0 refletem a ausência de correlação entre as variáveis. Importante notar que asteriscos foram utilizados para indicar significância estatística, atingindo um limite de 10%, conforme evidenciado na Tabela 5.

Tabela 5 – Matriz de correlação entre as variáveis dependentes, independentes e de controle

Variável	ESG	ENV	SOC	GOV	PROVT	PROVT_AT	PROV_D
ESG	1,00						
ENV	0,86*	1,00					
SOC	0,92*	0,75*	1,00				
GOV	0,66*	0,31*	0,46*	1,00			
PROVT	0,33*	0,37*	0,25*	0,17*	1,00		
PROVT_AT	0,08*	0,07	0,04	0,11*	0,19*	1,00	
PROV_D	0,13*	0,11*	0,08*	0,16*	0,19*	0,06	1,00
AT	0,19*	0,22*	0,20*	0,01	0,29*	-0,68*	0,07
ROA	0,09*	0,13*	0,10*	-0,04	-0,05	-0,02	-0,04
ROE	0,10*	0,15*	0,11*	-0,05	-0,07	-0,03	-0,06
ALAV	0,07	0,11*	0,04	0,01	0,09*	0,02	0,06
SEG	0,01	-0,09*	-0,02	0,16*	-0,42*	-0,07	0,15*

Fonte: Elaboração própria. Notas: ESG = *score* ESG; ENV = *score* ambiental; SOC = *score* social; GOV = *score* de governança; PROVT = provisão total; PROVT_AT = provisão total em relação ao ativo; PROV_D = provisão por *dummy*; AT = Ativo; ROA = Retorno sobre o Ativo; ROE = Retorno sobre o Patrimônio Líquido; ALAV = Alavancagem; SEG = Segmento de listagem; * significativo a 10%.

As correlações apresentadas na Tabela 5 fornecem indicativos sobre as relações entre as variáveis do estudo. Notavelmente, observa-se uma associação significativa entre as variáveis ESG e seus componentes individuais (ambiental, social e governança), o que era esperado dada a natureza interdependente desses indicadores. Isso sugere uma consistência interna nos scores ESG e reforça a ideia de que empresas com pontuações mais altas em ESG tendem a ter pontuações elevadas em suas dimensões constituintes.

Há correlações positivas significativas entre os scores ESG, Ambiental (ENV), Social (SOC) e Governança (GOV) com as provisões (PROVT), embora essas correlações não sejam extremamente altas, sugerindo uma relação moderada entre a sustentabilidade percebida e as provisões. Ao observar as correlações entre as provisões e outras variáveis, fica evidente que as provisões estão mais fortemente correlacionadas com o tamanho do ativo (AT), especialmente

a provisão total em relação ao ativo (PROVT_AT). Essa correlação é expressiva e positiva, indicando que quanto maior o tamanho do ativo, maior tende a ser a provisão total em relação a esse ativo. Essa relação pode ser interpretada como uma potencial estratégia de gestão de riscos e responsabilidade financeira em empresas maiores.

Além disso, as correlações das provisões (PROVT, PROVT_AT, PROVT_D) com os retornos financeiros (ROA e ROE) são relativamente baixas e negativas, o que sugere uma possível relação inversa entre as provisões contábeis e a rentabilidade financeira. Isso pode indicar que o reconhecimento de provisões elevadas pode impactar negativamente o desempenho financeiro das empresas.

No entanto, é válido ressaltar que as correlações, embora forneçam indícios, não estabelecem relações causais diretas entre as variáveis. Elas apenas mostram associações entre os dados observados. Portanto, essas correlações fornecem uma base para o modelo econométrico, sugerindo possíveis direções de impacto entre as variáveis, mas a análise mais aprofundada por meio do modelo é necessária para confirmar tais relações e identificar possíveis fatores de influência.

Destaca-se que houve a decisão de manter o Fator de Inflação de Variância (VIF) médio em torno de 2.00, visto que esse valor é considerado baixo de acordo com a literatura. É importante ressaltar que a detecção de multicolinearidade é comumente estabelecida com VIF acima de 5. Assim sendo, no contexto específico, uma das estratégias para reduzir o VIF seria a exclusão de uma das variáveis relacionadas à rentabilidade, como ROA ou ROE, dos modelos. Contudo, considerando a similaridade e relevância dessas métricas para a análise empreendida, a manutenção de ambas é justificável, uma vez que sua interdependência tende a impactar o aumento do VIF. Assim, a opção por não remover nenhuma dessas variáveis visa preservar a integralidade das informações relevantes para o escopo da análise.

A utilização conjunta do ROA e do ROE em um mesmo modelo permite uma avaliação mais abrangente e detalhada do desempenho financeiro das empresas. Enquanto o ROA avalia a eficiência operacional da empresa em gerar lucro em relação aos ativos totais, o ROE mensura a rentabilidade em relação ao patrimônio líquido dos acionistas, o que fornece diferentes perspectivas sobre o uso dos recursos e a gestão financeira da empresa. Diante dessa perspectiva, o presente estudo respaldou-se na produção científica de Buallay (2019) o qual propôs conectar as três dimensões da sustentabilidade (ESG) com diferentes indicadores de desempenho empresarial em um mesmo modelo, atrelando o desempenho operacional, medido pelo retorno sobre os ativos (ROA) e o desempenho financeiro, medido pelo retorno sobre o patrimônio líquido (ROE).

A relação entre as provisões, mensuradas pelo valor monetário, e o desempenho ESG revela aspectos sobre a gestão financeira e a responsabilidade corporativa das empresas, conforme evidenciado na Tabela 6.

Tabela 6 – Provisões mensuradas pelo valor monetário e o desempenho ESG

Variável	ESG	ENV	SOC	GOV
PROVT	1,09E-06	1,18E-06	1,27E-07	2,11E-06***
AT	5,87***	7,84***	7,31***	0,41
ROA	0,20	0,22	0,27*	0,07
ROE	0,02	0,08	0,02	-0,04
ALAV	5,92E-04	6,33E-03*	-9,60E-04	-3,70E-03
SEG	10,49***	7,85***	9,68***	15,57***
Constante	-52,61**	-89,93***	-67,34***	31,33
Ano	Sim	Sim	Sim	Sim
Setor	Sim	Sim	Sim	Sim
Obs.	526	526	526	526
VIF médio	2,00	2,00	2,00	2,00
R ²	0,29	0,34	0,28	0,15

Fonte: Elaboração própria. Notas: *** significativo a 1%, ** significativo a 5% e * significativo a 10%; PROVT = provisão total; AT = Ativo; ROA = Retorno sobre o Ativo; ROE = Retorno sobre o Patrimônio Líquido; ALAV = Alavancagem; SEG = Segmento de listagem; ESG = *score* ESG; ENV = *score* ambiental; SOC = *score* social; GOV = *score* de governança; VIF = Fator de Inflação de Variância.

Na Tabela 6, verifica-se que o tamanho da empresa apresenta relação positiva com o desempenho ESG. Em outras palavras, compreende-se que empresas maiores tendem a apresentar *scores* ESG mais altos, ou seja, melhor desempenho ESG. Ao se avaliar os aspectos de forma separada, denota-se que o tamanho da empresa apresenta uma relação positiva com o desempenho ambiental e social. Isso pode ser atribuído ao fato de que organizações maiores, geralmente, possuem mais recursos financeiros, tecnológicos e humanos para investir em práticas sustentáveis e responsáveis ambientalmente e socialmente. Portanto, o tamanho da empresa pode servir como um indicador de seu comprometimento com o desempenho ambiental e social.

A rentabilidade, medida pelo retorno sobre o Ativo (ROA), assim como a alavancagem, demonstra relação positiva somente com o desempenho social. O nível de Governança Corporativa, representado pelo segmento de listagem, mostra relação positiva com o desempenho ESG, ambiental, social e de governança. A alavancagem tem relação positiva, apenas, com o desempenho ambiental. Por sua vez, empresas mais alavancadas são as que apresentam melhor desempenho ambiental, mas não parecem ser aquelas com melhor desempenho ESG, social e de governança.

Esses achados corroboram os estudos acerca dos determinantes do *disclosure*, mais especificamente, dos determinantes do ESG, tais como, Dremptic, Klein e Zwergel (2019), Crespi e Migliavacca (2020), Sharma Panday e Dagwal (2020), Elafify (2021), Rahman e Alsayegh (2021), Abdi, Li e Càmara-Turull (2022), os quais encontraram que variáveis como tamanho da empresa, rentabilidade e alavancagem estão relacionadas com o *disclosure* ESG ou *scores* ESG. Em contrapartida, contraria, parcialmente, os resultados de Ribeiro *et al.* (2019) no que tange à Governança Corporativa, uma vez que as autoras citadas encontraram que pertencer ao segmento do Novo Mercado não tem efeito significativo sobre o *score* de divulgação ambiental.

No que tange às variáveis de interesse, o total de provisões demonstrou exercer efeito positivo somente no *score* de governança, sustentando a hipótese H4 para esta forma de mensuração das provisões. Isso significa que empresas com montante de provisões reconhecidas tendem a ter melhor desempenho de governança, ou seja, tendem a ter mais ações ligadas à transparência, responsabilidade e ética. Uma explicação para este resultado pode estar atrelada ao fato de que as empresas com elevado montante de provisões reconhecidas busquem minimizar os riscos e litígios, divulgando mais ações relativas às finanças, estrutura organizacional, processo de tomada de decisões, implementação de políticas eficazes para lidar com corrupção e adoção de padrões éticos a serem seguidos, inclusive, por seus colaboradores. As demais hipóteses não foram suportadas por resultados estatisticamente significativos para essa forma de mensuração das provisões.

Na Tabela 7, elucidada-se a representatividade das provisões comparativamente ao Ativo total e sua relação com o desempenho ESG. O objetivo é verificar se existe uma associação significativa entre essas variáveis, auxiliando na compreensão da representatividade das provisões em relação ao tamanho do ativo das empresas no período analisado.

Tabela 7 – Provisões em relação ao ativo e o desempenho ESG

Variável	ESG	ENV	SOC	GOV
PROVT_AT	34,21**	59,70***	11,57	33,28
AT	6,88***	8,91***	7,42***	2,39*
ROA	0,17	0,17	0,26*	0,02
ROE	0,03	0,10*	0,02	-0,04
ALAV	6,34E-04	6,54E-03*	-8,96E-04	-3,87E-03
SEG	9,80***	7,27***	9,65***	13,99***
Constante	-69,09***	-108,28***	-69,42***	0,17
Ano	Sim	Sim	Sim	Sim
Setor	Sim	Sim	Sim	Sim
Obs.	526	526	526	526

VIF médio	1,69	1,69	1,69	1,69
R ²	0,29	0,35	0,28	0,14

Fonte: Elaboração própria. Notas: *** significativo a 1%, ** significativo a 5% e * significativo a 10%; PROV_T_AT = provisão total em relação ao ativo; AT = Ativo; ROA = Retorno sobre o Ativo; ROE = Retorno sobre o Patrimônio Líquido; ALAV = Alavancagem; SEG = Segmento de listagem; ESG = *score* ESG; ENV = *score* ambiental; SOC = *score* social; GOV = *score* de governança; VIF = Fator de Inflação de Variância.

Os resultados apresentados na Tabela 7 apontam que, para a variável de interesse, o indicador resultante da provisão dividido pelo ativo demonstra exercer efeito positivo estatisticamente significativo no *score* ESG e, ao avaliar de forma isolada, para o *score* ambiental. Nesse sentido, denota-se que, ao avaliar as provisões mensuradas pelo valor monetário o montante total de provisões apresenta significância para o *score* governança, ao passo que, ao avaliar as provisões em relação ao ativo, não se identifica uma significância para esse mesmo *score* e sim para o *score* ESG de formal global e para o desempenho ambiental.

Esses resultados destacam a importância de considerar não apenas o montante das provisões, mas também a magnitude, para que assim se possa compreender o seu possível impacto no desempenho ESG.

Observa-se que o tamanho da empresa apresenta relação positiva com o desempenho ESG, assim como tem significância ao avaliar os *scores* de forma individual nos pilares: ambiental, social e governança. Outra particularidade, observada nesse modelo econométrico, consiste na avaliação do ROE, que apresentou significância para o *score* ambiental.

No entanto, pondera-se que os resultados apresentados na Tabela 7, ao se considerar as variáveis ROA, alavancagem e governança corporativa, apresentaram o mesmo comportamento identificado na Tabela 6. Em outras palavras, ao utilizar uma medida relativa de provisões, o resultado segue na linha de sustentação das hipóteses H1 e H2.

Finalmente, pondera-se que a existência de provisões reconhecidas pode influenciar o desempenho ESG de uma empresa. Nesse sentido, a Tabela 8 foi gerada a partir de um modelo econométrico que utilizou uma variável *dummy* para representar a presença ou ausência de provisões em uma determinada empresa i no ano t . Essa variável assumiu o valor "1" para as empresas que possuíam provisões e "0" para as empresas que não apresentaram provisões no período analisado. Os resultados podem ser visualizados na Tabela 8.

Tabela 8 – Existência de provisões e o desempenho ESG

Variável	ESG	ENV	SOC	GOV
PROV_D	-2,92	-5,97	-5,73	3,45
AT	7,00***	9,13***	7,58***	2,33*
ROA	0,18	0,20	0,27*	0,04
ROE	0,01	0,07	0,02	-0,05

ALAV	2,74E-04	5,89E-03*	-1,17E-03	-4,02E-03
SEG	9,85***	7,45***	10,17***	13,38***
Constante	-66,96***	-104,15***	-66,44***	-0,77
Ano	Sim	Sim	Sim	Sim
Setor	Sim	Sim	Sim	Sim
Obs.	526	526	526	526
VIF médio	1,67	1,67	1,67	1,67
R ²	0,28	0,34	0,28	0,13

Fonte: Elaboração própria. Notas: *** significativo a 1%, ** significativo a 5% e * significativo a 10%; PROV_D = provisão total por *dummy*; AT = Ativo; ROA = Retorno sobre o Ativo; ROE = Retorno sobre o Patrimônio Líquido; ALAV = Alavancagem; SEG = Segmento de listagem; ESG = *score* ESG; ENV = *score* ambiental; SOC = *score* social; GOV = *score* de governança; VIF = Fator de Inflação de Variância.

O modelo econométrico aplicado permitiu analisar a relação entre a presença de provisões e outras variáveis de interesse, possibilitando avaliar seu impacto e significância estatística. Observa-se que não houve relações estatisticamente significativas quando considerada a variável de interesse, provisão total por *dummy*. Logo, a existência ou não de provisões reconhecidas, medida pela *dummy* de provisão, não está relacionada com o desempenho ESG, ambiental, social e de governança, impossibilitando inferências acerca das hipóteses para esta forma de mensuração das provisões.

Os resultados dessas análises contrariam, parcialmente, os achados de Ribeiro *et al.* (2019), que confrontaram as provisões ambientais com o *score* de *disclosure* ambiental. As autoras citadas encontraram que empresas com provisão ambiental no balanço tendem a divulgar mais informações ambientais, que a grandeza da provisão ambiental importa menos que sua presença no *score* de *disclosure* e que a *dummy* de provisão ambiental foi a segunda variável mais relevante para explicar o nível de *disclosure* ambiental.

4.3 Relação entre o reconhecimento de provisões e os pilares ESG

Na sequência, foram analisadas as relações entre as categorias de provisões e os pilares que constituem a sigla ESG, concentrando-se nos aspectos ambientais e sociais. As provisões ambientais foram relacionadas ao pilar (desempenho) ambiental. Por sua vez, as provisões sociais, que, neste estudo, englobam as provisões previdenciárias, cíveis e de benefícios a empregados, foram relacionadas ao pilar (desempenho) social.

Para esse propósito, foram definidas seis variáveis, que derivam das variáveis genéricas de provisões apresentadas no Quadro 5 da seção 3.3. Foram consideradas variáveis específicas para as provisões ambientais: PAMBI, que representa o valor bruto das provisões ambientais; PAMBI_AT, que reflete a relação entre PAMBI e o Ativo Total; e PAMBI_D, uma *dummy*,

recebendo valor 1 para observações com provisão ambiental e zero para aquelas que não têm esse tipo de provisão. Em paralelo, a variável, denominada PROVS, corresponde à soma dos valores brutos das provisões enquadradas como sociais. Além disso, foram introduzidas as variáveis PROVS_AT, que expressa a relação entre PROVS e o Ativo Total da empresa, e PROVS_D, uma variável *dummy*, que assume valor 1 para observações com provisão social e zero para as demais. Essas variáveis foram definidas a fim de proporcionar uma avaliação mais detalhada das provisões, possibilitando uma compreensão de como tais aspectos se relacionam com o desempenho ambiental e social das empresas em estudo.

Ao se considerar as provisões ambientais, constituíram variáveis independentes de interesse separadamente em três modelos (provisão ambiental mensurada pelo valor monetário; provisão ambiental em relação ao ativo e existência de provisão ambiental avaliada por *dummy*) e, para os três modelos, a variável dependente foi o *score* ambiental. Os resultados das relações entre as provisões ambientais e o desempenho ambiental podem ser observados na Tabela 9.

Tabela 9 – Provisões ambientais e desempenho ambiental

Variável	ENV	ENV	ENV
PAMBI	-8,03E-05**		
PAMBI_AT		-16,91	
PAMBI_D			5,78**
AT	9,01***	8,96***	8,77***
ROA	0,19	0,20	0,22
ROE	0,07	0,07	0,07
ALAV	4,84E-03	6,07E-03*	-7,80E-03**
SEG	6,75**	6,81**	7,36***
Constante	-107,14***	-106,96***	-105,71***
Ano	Sim	Sim	Sim
Setor	Sim	Sim	Sim
Obs.	526	526	526
VIF médio	1,68	1,66	1,69
R ²	0,34	0,34	0,34

Fonte: Elaboração própria. Notas: *** significativo a 1%, ** significativo a 5% e * significativo a 10%; PAMBI = provisões ambientais; PAMBI_AT = provisões ambientais em relação ao Ativo; PAMBI_D = provisão total por *dummy*; AT = Ativo; ROA = Retorno sobre o Ativo; ROE = Retorno sobre o Patrimônio Líquido; ALAV = Alavancagem; SEG = Segmento de listagem; ENV = *score* ambiental; VIF = Fator de Inflação de Variância.

Infere-se que as provisões ambientais, quando mensuradas pelo seu valor bruto, apresentaram relação negativa com o *score* ambiental. Por outro lado, quando mensuradas pela *dummy*, a relação encontrada foi positiva. A razão entre provisões ambientais e o ativo total não foi estatisticamente significativa.

A variação nos resultados das provisões ambientais sugere uma sensibilidade na relação

entre o reconhecimento dessas provisões e o desempenho ambiental. A interpretação negativa, ao se considerar o valor bruto, pode estar associada a eventuais despesas ou passivos ambientais., ou seja, em algumas situações as empresas podem inflar seus números e criar reservas excedentes para cobrir impactos ambientais futuros, o que pode afetar negativamente o desempenho ambiental da companhia. Já a interpretação positiva, quando avaliada pela variável *dummy*, pode indicar que a mera divulgação ou reconhecimento de tais provisões ambientais, mesmo sem um valor monetário explícito, reflete uma postura transparente e comprometida da empresa com questões ambientais, impactando positivamente seu *score* nesse aspecto. Nesse sentido, a H5 deve ser aceita parcialmente.

Os resultados do presente estudo corroboram com os achados de Ribeiro *et al.* (2019), reforçando que empresas que adotam provisões ambientais têm uma tendência a demonstrar um nível mais elevado de divulgação ambiental. Assim sendo, os estudos convergem na constatação de que a presença de provisões ambientais está associada positivamente com um maior comprometimento das empresas em divulgar informações sobre questões ambientais. Assim sendo, empresas que reconhecem provisões ambientais podem estar mais inclinadas a demonstrar seu comprometimento com questões sustentáveis e ambientais por meio da divulgação proativa de suas atividades e impactos. Isso pode refletir uma estratégia para transmitir confiança aos *stakeholders*, como investidores, consumidores e órgãos reguladores, demonstrando um alinhamento aos princípios éticos e ambientais, o que pode favorecer a reputação e a imagem corporativa perante o público e o mercado.

Observa-se que nos três modelos econométricos analisados para a provisão ambiental, verificou-se uma relação positiva entre o tamanho e o desempenho ambiental das empresas. Esta associação pode estar respaldada no fato que empresas de maior porte frequentemente possuem recursos financeiros mais significativos, o que lhes permite investir em práticas e tecnologias mais avançadas voltadas para questões ambientais. Além disso, a dimensão das organizações muitas vezes está relacionada à sua visibilidade e à pressão pública, fazendo com que busquem uma postura mais proativa em relação às questões ambientais para preservar sua reputação e imagem corporativa. Adicionalmente, companhias de maior porte podem ter estruturas mais complexas, o que as leva a adotar políticas e estratégias mais formalizadas para o gerenciamento de impactos ambientais, contribuindo para um desempenho superior nessa área. Esses fatores combinados podem explicar a relação positiva identificada entre o tamanho das empresas e seu desempenho ambiental.

Em se tratando, do ROA e do ROE não foram observadas significâncias estáticas para os modelos. A falta de evidência estatística impede a conclusão sobre se as empresas mais

rentáveis, ao reconhecerem provisões ambientais, têm uma inclinação maior para divulgar informações relacionadas ao seu desempenho ambiental. Esse resultado indica que a rentabilidade, medida pelo ROA e ROE, pode não estar diretamente associada à disposição das empresas em divulgar suas práticas e políticas ambientais, destacando a complexidade na compreensão da relação entre aspectos financeiros e ambientais nas estratégias de divulgação corporativa. Esses achados vão de encontro com as constatações de Silva, Araújo e Santos (2018), assim como, Barcellos e Bortolon (2017), que identificaram em seus estudos não haver uma relação entre rentabilidade e o nível de *disclosure*.

Infere-se também que ao avaliar estes modelos, a alavancagem mostrou uma significância estatística em relação ao desempenho ambiental, especialmente ao considerar a provisão ambiental em relação ao ativo e a provisão total por meio de uma variável *dummy*. Essa constatação pode ser justificada por alguns fatores, tais como o fato da alavancagem financeira, que representa o uso de recursos financeiros externos pela empresa, ter a capacidade de influenciar diretamente em suas práticas ambientais. Ademais, empresas com maior alavancagem podem estar mais propensas a adotar estratégias de sustentabilidade, uma vez que a gestão ambiental eficiente muitas vezes demanda investimentos substanciais. Além disso, a pressão dos *stakeholders*, a regulamentação governamental e a própria conscientização das organizações sobre a importância da responsabilidade ambiental podem motivar empresas alavancadas a incorporarem práticas mais aprimoradas de gestão ambiental, mostrando que o reconhecimento de provisão ambiental pode refletir no desempenho ambiental.

Denota-se que a significância estática observada para o nível de governança corporativa sugere que empresas listadas em níveis mais elevados de governança e que reconhecem provisões ambientais têm uma tendência maior a divulgar informações ambientais voluntárias. Assim sendo, as instituições com melhores práticas de governança frequentemente adotam políticas mais transparentes e comprometidas com a divulgação de informações não financeiras, como questões ambientais, como parte de suas estratégias de comunicação e de relacionamento com *stakeholders*. A pressão exercida por investidores, reguladores e a própria sociedade por maior transparência em relação às práticas sustentáveis pode motivar empresas com alto nível de governança a adotarem uma postura mais ativa na divulgação de suas atividades ambientais. Além disso, essas empresas costumam ter estruturas de controle mais sólidas e processos internos mais robustos, o que facilita a coleta, o monitoramento e a divulgação de informações ambientais. Portanto, a significância estatística entre o nível de governança e a divulgação voluntária de informações ambientais reforça a noção de que a transparência e a

responsabilidade corporativa estão intrinsecamente ligadas a práticas avançadas de governança, promovendo uma maior divulgação de informações relacionadas ao meio ambiente.

As provisões sociais constituíram variáveis independentes de interesse separadamente em três modelos (provisão social mensurada pelo valor monetário; provisão social em relação ao ativo e existência de provisão social avaliada por *dummy*). Nos três modelos, a variável dependente foi o *score* social. Os resultados obtidos podem ser vistos na Tabela 10.

Tabela 10 – Provisões sociais e desempenho social

Variável	SOC	SOC	SOC
PROVS	6,29E-06***		
PROVS_AT		151,17*	
PROVS_D			6,02***
AT	6,65***	7,57***	7,40***
ROA	0,30*	0,29*	0,27*
ROE	0,03	0,03	0,02
ALAV	1,30E-03	3,46E-04	1,21E-03
SEG	10,85***	10,05***	9,68***
Constante	-58,70***	-73,24***	-72,70***
Ano	Sim	Sim	Sim
Setor	Sim	Sim	Sim
Obs.	526	526	526
VIF médio	1,81	1,68	1,67
R ²	0,29	0,29	0,29

Fonte: Elaboração própria. Notas: *** significativo a 1%, ** significativo a 5% e * significativo a 10%; PROVS = provisões sociais; PROVS_AT = provisões sociais em relação ao Ativo; PROVS_D = provisão total por *dummy*; AT = Ativo; ROA = Retorno sobre o Ativo; ROE = Retorno sobre o Patrimônio Líquido; ALAV = Alavancagem; SEG = Segmento de listagem; SOC = *score* social; VIF = Fator de Inflação de Variância.

Como demonstrado na Tabela 10, os resultados indicaram que as provisões sociais, para as três formas de mensuração, mantêm relação positiva e significativa com o *score* social. Tais resultados sugerem que há uma relação entre o reconhecimento de provisões sociais e o desempenho social, indicando que as provisões previdenciárias, cívicas e de benefícios a empregados têm uma influência positiva no desempenho social das empresas.

A observação de uma significância estatística positiva entre as provisões sociais e o desempenho social sugere uma relação direta entre o reconhecimento dessas provisões e a divulgação de informações no pilar social por parte das empresas. Esse resultado pode ser interpretado como um esforço de legitimar as ações corporativas, onde o reconhecimento das provisões sociais, possuindo implicações financeiras, impulsiona uma maior divulgação de informações sobre os benefícios oferecidos à sociedade. Pode-se considerar essa prática como uma forma de compensação, onde embora existam litígios decorrentes de questões sociais, as

empresas buscam destacar e enfatizar os benefícios que proporcionam à comunidade.

Ao se considerar a variável tamanho, visualiza-se uma influência significativa e positiva do em todos os modelos de reconhecimento de provisões sociais. Assim sugere-se que empresas de maior porte, ao possuírem provisões sociais, tendem a divulgar um nível mais elevado de informações sociais. Essa relação justifica-se pelo fato que as empresas maiores geralmente possuem recursos financeiros e estruturais mais amplos, o que pode facilitar a implementação de políticas e práticas que promovam a transparência em relação às questões sociais. Além disso, organizações de grande porte tendem a ser mais visíveis e atraem uma maior atenção do público e de investidores, o que pode incentivar uma postura mais proativa na divulgação de informações sociais para preservar sua imagem e reputação corporativa.

A constatação da significância estática do ROA em relação ao reconhecimento de provisões sociais indica que empresas mais rentáveis, associadas ao reconhecimento dessas provisões, tendem a divulgar um maior volume de informações sociais. Esses resultados foram sustentados, nos três modelos de econométricos. Nesse sentido, aponta-se que as empresas com maior rentabilidade financeira podem estar mais inclinadas a adotar estratégias de divulgação social como parte de seus esforços para melhorar sua reputação e transparência corporativa, atraindo assim investidores, clientes e outros *stakeholders*. Além disso, a boa performance financeira pode indicar uma gestão mais eficaz e estável, permitindo que tais empresas dediquem mais recursos para a divulgação e práticas relacionadas ao lado social do negócio. Esse alinhamento entre rentabilidade e divulgação social pode ser interpretado como uma estratégia para garantir a sustentabilidade a longo prazo da empresa, utilizando as práticas sociais como um fator competitivo e diferencial no mercado. Assim, a observação da significância estatística entre ROA e o reconhecimento de provisões sociais corrobora a relação entre desempenho financeiro e divulgação de informações sociais.

Ao passo que o ROE não apresentou significância estatística em nenhum dos modelos analisados. Essa falta de evidência estatística impede a conclusão sobre se as empresas mais rentáveis, ao reconhecerem provisões sociais, têm uma inclinação maior para divulgar informações relacionadas ao seu desempenho social. Isso sugere que o ROE pode não ser um indicador sensível o suficiente para capturar a relação entre a rentabilidade das empresas e sua divulgação social quando associada ao reconhecimento de provisões sociais.

A análise da alavancagem em relação ao reconhecimento de provisões sociais revelou resultados divergentes nos diferentes modelos considerados. No modelo que avalia o valor total da provisão social, não foi possível identificar uma associação estatisticamente significativa entre alavancagem e o reconhecimento dessas provisões. Entretanto, ao considerar o

reconhecimento da provisão social em relação ao ativo, constatou-se que empresas mais alavancadas tendem a divulgar mais informações sociais. Esse achado pode ser interpretado devido à possibilidade de que empresas com maior endividamento, ao reconhecerem provisões sociais em relação aos seus ativos, possam perceber a importância estratégica de demonstrar comprometimento com questões sociais para manter a confiança dos *stakeholders*.

No entanto, ao avaliar a provisão social total por meio de uma variável *dummy*, observou-se uma significância estatística negativa. Esse resultado pode indicar que, quando a variável *dummy* é utilizada de forma dicotômica para representar a presença ou ausência de provisões sociais, empresas mais alavancadas podem ter uma tendência a divulgar menos informações sociais. Isso pode ser justificado pelo fato que empresas altamente alavancadas podem enfrentar uma maior pressão por parte de credores e investidores para manter um equilíbrio financeiro sólido, priorizando o pagamento de dívidas e a garantia de retorno do capital investido.

Nesse contexto, a divulgação de informações sociais, mesmo quando associada ao reconhecimento de provisões sociais, pode ser percebida como uma alocação de recursos que não está diretamente relacionada à geração de lucro ou à redução de passivos, podendo, conseqüentemente, ser vista como secundária em comparação com as demandas financeiras imediatas da empresa. Adicionalmente, em cenários de maior alavancagem, as empresas podem adotar uma postura mais conservadora, minimizando a divulgação de informações adicionais que possam aumentar a percepção de riscos ou fragilidades financeiras, preferindo uma abordagem mais restrita quanto à divulgação de questões sociais que não são estritamente exigidas por regulamentações ou contratos de financiamento. Essa postura mais cautelosa e focada na gestão financeira pode levar as empresas altamente alavancadas a limitar a divulgação de informações sociais ao utilizar a variável *dummy*, buscando assegurar uma imagem de solidez financeira e atender prioritariamente às expectativas dos credores e investidores.

Quanto à governança, embora não tenha sido avaliada separadamente, sua significância estática para os três modelos reforça a importância da boa gestão corporativa. A relação positiva entre as provisões sociais e o desempenho social pode ser justificada pela natureza dessas provisões, que abrangem responsabilidades relacionadas às áreas trabalhistas, cíveis e aos benefícios dos colaboradores. O investimento nessas esferas não apenas atende a exigências regulatórias, mas também evidencia o comprometimento das empresas com o bem-estar dos funcionários e das comunidades, promovendo um impacto social positivo. Assim, o resultado H6 aceito nos modelos econométricos ressalta a importância do reconhecimento das provisões sociais para fortalecer o desempenho social das organizações, apontando para a necessidade

contínua de práticas de governança que priorizem o cumprimento de obrigações sociais e trabalhistas para além das exigências normativas.

Portanto, quando as empresas reconhecem e registram as provisões relacionadas a obrigações sociais, como questões trabalhistas, cívicas e benefícios para funcionários, isso está associado a um melhor desempenho em aspectos sociais. O reconhecimento dessas provisões é considerado como um indicativo de comprometimento das empresas em relação ao bem-estar de seus colaboradores e comunidades, impactando positivamente sua performance no âmbito social.

4.4 Conclusões acerca das hipóteses do estudo

Diante dos resultados obtidos, no Quadro 6, apresenta-se um resumo sobre as hipóteses do estudo.

Quadro 6 – Resumo das hipóteses

Hipóteses	Modelos	Significância Estatística	Conclusão
H1: o reconhecimento de provisões está positivamente relacionado ao desempenho ESG das companhias brasileiras listadas na B3.	Valor total de provisões (PROVT)	Não Significativa	ao se avaliar as provisões em relação ao ativo houve significância estatística positiva, mostrando que o reconhecimento de provisões está positivamente relacionado com o desempenho ESG
	Provisões em relação ao Ativo (PROV_AT)	Significativa	
	Existência ou não de provisões (<i>dummy</i>)	Não Significativa	
H2: o reconhecimento de provisões está positivamente relacionado ao desempenho ambiental das companhias brasileiras listadas na B3.	Valor total de provisões (PROVT)	Não Significativa	ao se avaliar as provisões em relação ao ativo houve significância estatística positiva, mostrando que o reconhecimento de provisões está positivamente relacionado com o desempenho ambiental
	Provisões em relação ao Ativo (PROV_AT)	Significativa	
	Existência ou não de provisões (<i>dummy</i>)	Não Significativa	
H3: o reconhecimento de provisões está positivamente relacionado ao desempenho social das companhias brasileiras listadas na B3.	Valor total de provisões (PROVT)	Não Significativa	ao realizar a testagem através dos três modelos econométricos, observou-se que não houve significância estatística em nenhum deles para essa hipótese, portanto, não se pode constatar que há relação entre o reconhecimento de provisões relacionado ao desempenho social
	Provisões em relação ao Ativo (PROV_AT)	Não Significativa	

	Existência ou não de provisões (<i>dummy</i>)	Não Significativa	
H4: o reconhecimento de provisões está positivamente relacionado ao desempenho de governança das companhias brasileiras listadas na B3.	Valor total de provisões (PROVT)	Significativa	ao se avaliar as provisões mensuradas pelo valor total verifica-se que houve significância estatística positiva, mostrando que o reconhecimento de provisões está positivamente relacionado com o desempenho de governança
	Provisões em relação ao Ativo (PROV_AT)	Não Significativa	
	Existência ou não de provisões (<i>dummy</i>)	Não Significativa	
H5: o reconhecimento de provisões ambientais está positivamente relacionado ao desempenho ambiental das companhias brasileiras listadas na B3.	Valor total de provisões ambientais (PAMBI)	Não Significativa	ao se avaliar as provisões ambientais mensuradas por <i>dummy</i> verifica-se que houve significância estatística positiva, mostrando que o reconhecimento de provisões ambientais está positivamente relacionado com o desempenho ambiental
	Provisões ambientais em relação ao Ativo (PAMBI_AT)	Não Significativa	
	Existência ou não de provisões ambientais (<i>dummy</i>)	Significativa	
H6: o reconhecimento de provisões sociais está positivamente relacionado ao desempenho social das companhias brasileiras listadas na B3.	Valor total de provisões sociais (PROVS)	Significativa	ao se avaliar as provisões sociais através dos três modelos econométricos verifica-se que houve significância estatística positiva, mostrando que o reconhecimento de provisões sociais está positivamente relacionado com o desempenho social
	Provisões sociais em relação ao Ativo (PROVS_AT)	Significativa	
	Existência ou não de provisões sociais (<i>dummy</i>)	Significativa	

Fonte: Elaboração própria.

Denota-se que os resultados obtidos para cada hipótese podem ser influenciados por diversos fatores que refletem a complexidade do ambiente empresarial e as relações entre o reconhecimento de provisões e o desempenho ESG das empresas listadas na B3.

A significância de H1, que sugere uma relação positiva entre o reconhecimento de provisões e o desempenho ESG, pode ser justificada pela crescente conscientização das empresas sobre a importância da responsabilidade socioambiental e de boas práticas de governança, influenciando diretamente suas políticas contábeis e o registro de provisões. Isso

implica que o reconhecimento de provisões exerce efeito no desempenho ESG, sugerindo que empresas que reconhecem e contabilizam adequadamente suas provisões apresentam uma probabilidade de demonstrar melhores práticas ESG. Similarmente, a significância de H2, que aponta uma relação positiva entre reconhecimento de provisões e desempenho ambiental, ressalta a priorização das questões ambientais nas políticas contábeis das empresas.

Por outro lado, a não significância de H3, que sugeria uma relação positiva entre reconhecimento de provisões e desempenho social, pode indicar que o reconhecimento de provisões não afeta diretamente ou influencia o desempenho social das empresas. Isso poderia sugerir que os aspectos sociais não são tão sensíveis aos critérios contábeis para o reconhecimento de provisões e que podem estar fortemente associados a outros fatores ou indicadores financeiros. No entanto, ressalta-se que a H3 não foi suportada, a partir dos resultados obtidos nos três modelos econométricos, os quais consideraram as provisões em nível geral, sem agrupá-las em: provisão ambiental, provisão social e provisão de governança.

Portanto, ao se realizar testes estatísticos, especificamente para a tipologia provisão social, onde para esse grupo considerou-se as provisões de caráter trabalhista, cívicas e de benefícios, observou-se haver uma relação positiva entre a provisão social e o pilar social ao se considerar o valor total da provisão social, a provisão social em relação ao ativo e a provisão social por *dummy*, nesse sentido, aponta-se uma significância para H6.

Logo, ao avaliar a H6 observa-se que o modelo 1 considera o valor total da provisão social e apresenta uma relação positiva com o desempenho social, isso sugere que empresas que destinam um montante maior para suas provisões sociais têm maior propensão a demonstrar um desempenho social positivo. Isso pode ser justificado pela atenção e comprometimento dessas empresas com questões sociais. Em se tratando do modelo 2, o qual relaciona a provisão social em relação ao ativo, verifica-se que a relação positiva pode indicar que empresas que dedicam uma parcela significativa de seus recursos para ações sociais tendem a ter um desempenho social mais elevado, evidenciando um compromisso constante e proporcional aos seus ativos. Por fim, no Modelo 3, considera a provisão social por *dummy* (variável binária), apresenta uma relação positiva, o que pode sugerir que empresas que estabelecem uma categoria específica ou estratégia de alocação para suas provisões sociais, independentemente de outras variáveis, têm maior probabilidade de exibir um desempenho social superior.

Quanto à Hipótese 4 há significância estática, indicando uma relação positiva entre reconhecimento de provisões e desempenho de governança, portanto, empresas com melhores práticas de governança tendem a ter políticas contábeis mais robustas e transparentes, incluindo o reconhecimento adequado de provisões, refletindo, assim, uma associação entre a qualidade

da governança e as práticas contábeis adotadas.

Ao se avaliar as provisões ambientais mensuradas por *dummy* com o pilar ambiental, verifica-se uma relação positiva, o que permite a sustentação da Hipótese 5. Portanto, acredita-se que as empresas podem estar indicando um compromisso proativo com questões ambientais, refletindo em uma postura de transparência e responsabilidade, onde as organizações estão dispostas a reconhecer e provisionar recursos para potenciais impactos ambientais.

Conclui-se que os resultados obtidos, confirmam os estudos correlatos à Teoria do *Disclosure*, demonstrando que empresas maiores, mais rentáveis e endividadas e listadas em nível mais alto de Governança Corporativa tendem a divulgar mais informações voluntárias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi relacionar o reconhecimento de provisões e o desempenho ambiental, social e de governança nas companhias abertas brasileiras listadas na B3 no período de 2014 a 2022.

Observou-se que variáveis tradicionalmente empregadas em estudos acerca dos determinantes do *disclosure*, tais como, tamanho, rentabilidade, alavancagem e nível de Governança Corporativa, representado pelo segmento de listagem, apresentaram relação positiva estatisticamente significativa com o desempenho ESG e/ou com pelo menos uma de suas dimensões de desempenho (ambiental, social e de governança) nos três modelos econométricos utilizados. Esses resultados confirmam os estudos que abordam a Teoria do *Disclosure*, demonstrando que empresas maiores, mais rentáveis e endividadas e listadas em nível mais alto de Governança Corporativa tendem a divulgar mais informações voluntárias, que, neste estudo, refletem melhor desempenho ESG, ambiental, social e de governança.

Um dado interessante é que 94,5% das observações possuem algum tipo de provisão reconhecida no período. Esse dado ressalta a importância de avaliar o reconhecimento de provisões e seu impacto no desempenho financeiro das empresas. Apesar disso, para as empresas da amostra, o reconhecimento de provisões não parece ser um fator determinante de maior divulgação voluntária, medida, neste estudo, pelo *score* ESG.

Algumas explicações para estes resultados podem estar ligadas a fatores, como: ambiente institucional do país, mercado de capitais emergente, período ainda curto para uma avaliação consistente, por parte das organizações, dos aspectos relativos à sustentabilidade corporativa, ausência de *enforcement*, por meio de regulação e/ou asseguuração para os relatórios

de divulgação voluntária, busca por outras ações que minimizem os riscos e litígios nos negócios, sem que, necessariamente e temporariamente, reflitam efetivamente o desempenho ESG, maior preocupação com os reflexos financeiros presentes e futuros das provisões etc.

Os resultados deste estudo corroboram com as conclusões de Santos *et al.* (2023), que também identificaram que as provisões tendem a gerar alertas em relação aos resultados financeiros. Essa constatação reforça a importância de uma gestão adequada das provisões para garantir a transparência e a sustentabilidade financeira das empresas.

Ao se analisar os três modelos econométricos, observou-se consistência nos resultados das variáveis de controle (tamanho, ROA, alavancagem e governança corporativa). Assim sendo, essas variáveis exibiram significância estatística em relação aos diferentes aspectos de desempenho. Pontua-se que o tamanho apresentou significância estatística para o desempenho ESG, desempenho ambiental, social e de governança nos três modelos. Em se tratando do ROA a sua significância estatística ocorreu para o desempenho social, nas três situações. Por outro lado, ao se considerar, a alavancagem verifica-se significância estatística no desempenho ambiental. Enquanto, a governança corporativa, revelou significância estatística para o desempenho ESG, ambiental, social e de governança.

Portanto, as variáveis de controle, como tamanho da empresa, rentabilidade (ROA), alavancagem e governança corporativa, parecem influenciar a relação entre a variável independente (neste estudo, a provisão) e a variável dependente (o desempenho ESG). Isso sugere que essas variáveis de controle estão associadas estatisticamente com o desempenho ESG e podem impactar a relação entre as variáveis de interesse. No entanto, embora estas variáveis possam influenciar essa relação, sua presença e relevância não garantem por si só a validação completa ou a robustez dos resultados.

As análises das variáveis de controle (tamanho, ROA, ROE, alavancagem e governança corporativa) em relação às provisões ambientais e sociais revelaram semelhanças e diferenças significativas nos resultados. A variável tamanho e governança corporativa demonstraram uma relação positiva e estatisticamente significativa tanto para as provisões ambientais, quanto para as provisões sociais em todos os modelos analisados.

Averiguou-se que para o ROA houve uma divergência: para a provisão ambiental, não houve significância estatística, enquanto para a provisão social, mostrou-se positivamente significativo em todos os modelos, indicando que empresas mais rentáveis estão propensas a divulgar mais informações sociais, mas sem influência direta na divulgação de informações ambientais.

Ao passo que o ROE, por sua vez, não apresentou significância estatística em nenhum dos modelos para ambas as provisões, sugerindo a ausência de relação entre a rentabilidade patrimonial e o reconhecimento ou divulgação de informações ambientais e sociais. A alavancagem trouxe resultados contrastantes: para a provisão ambiental, mostrou significância positiva em relação ao reconhecimento em relação ao ativo, ausência de significância para o valor total e significância negativa para o modelo que avalia a provisão total por *dummy*, enquanto para a provisão social, não apresentou significância em nenhum dos modelos.

Os achados contribuem de diversas maneiras. No cenário prático, oferecem informações para gestores e contadores, auxiliando em decisões sobre o reconhecimento de provisões e incentivando práticas transparentes de divulgação. No âmbito acadêmico, o estudo preenche uma lacuna, ao fornecer evidências empíricas sobre a relação entre o reconhecimento de provisões e as características corporativas e não somente considerando os aspectos de divulgação das provisões. Além disso, amplia o debate acadêmico, no contexto contábil e financeiro, ao examinar a influência das variáveis consideradas determinantes do *disclosure* e do desempenho ESG (*scores* ESG) sobre as provisões, que, em essência, representam passivos (riscos) de diversas naturezas, como ambientais, sociais e regulatórios.

Socialmente, o estudo pode contribuir para a responsabilidade ambiental e social, ao considerar empresas com avaliação de seu desempenho ESG. As empresas têm sido incentivadas a adotar práticas mais sustentáveis e éticas, beneficiando tanto a sociedade, quanto o meio ambiente. Também estimula a transparência e a prestação de contas, fortalecendo a confiança de *stakeholders*, como investidores e consumidores, ao compreenderem que os fatores ambientais, sociais e de governança, considerados não-financeiros, produzem efeitos financeiros.

Como limitações deste estudo, verifica-se que os resultados são baseados em uma amostra específica de empresas listadas na B3 com *score* ESG, dentro de um período determinado, o que inviabiliza a generalização das conclusões para outros contextos. Além disso, as variáveis utilizadas podem não capturar todos os possíveis determinantes do desempenho ESG, o que sugere a necessidade de considerar outras variáveis em pesquisas futuras.

A complexidade inerente à correlação entre o reconhecimento de provisões de governança e seu impacto no desempenho governamental permanece como um desafio inexplorado devido à lacuna existente na literatura. Logo, a ausência de um respaldo literário definido para identificar quais provisões podem ser alinhadas e atribuídas como governança dificulta a análise direta de sua influência.

Portanto, esta falta de clareza conceitual limita a capacidade de estabelecer uma relação entre o reconhecimento de provisões e a eficácia das práticas de governança, destacando a necessidade de uma investigação mais aprofundada para preencher essa lacuna e compreender melhor o papel dessas provisões no contexto da governança. Ressalta-se também que para avançar nesse campo de pesquisa, seria interessante expandir a análise para incluir empresas de outros países ou mercados, a fim de verificar se os resultados obtidos são consistentes em diferentes contextos. Ademais, explorar outras métricas ESG e examinar como elas podem ser influenciadas pelo reconhecimento de provisões poderia enriquecer ainda mais a compreensão das relações entre práticas sustentáveis e contabilidade.

REFERÊNCIAS

- ABDI, Y.; LI, X.; CÀMARA-TURULL, X. Exploring the impact of sustainability (ESG) disclosure on firm value and financial performance (FP) in airline industry: the moderating role of size and age. **Environment, Development and Sustainability**, v. 24, n. 4, p. 5052-5079, 2 ago. 2021. DOI: 10.1007/s10668-021-01649-w
- ACAR, E.; OZKAN, S. Corporate governance and provisions under IAS 37. **Euromed Journal of Business**, v. 12, n. 1, p. 52-72, 2 mai. 2017. <https://doi.org/10.1108/EMJB-03-2016-0007>
- AGUILERA, R. V.; RUPP, D. E.; WILLIAMS, C. A.; GANAPATHI, J. Putting the S Back in Corporate Social Responsibility: A Multilevel Theory of Social Change in Organizations. **The Academy of Management Review**, v. 3, n. 32, p. 836-863, jan. 2007.
- ANDREU-PINILLOS, A. FERNÁNDEZ-FERNÁNDEZ, José Luis; FERNÁNDEZ-MATEO, Joaquín. Corporate governance in sustainability indexes: a Spanish case study. **Revista de Comunicación**, v. 19, n. 2, p. 7-28, 2020. <https://doi.org/10.26441/RC19.2-2020-A1>
- BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; TIAN, X. S.; YU, M. Does Voluntary Disclosure Substitute for Mandatory Disclosure? Evidence from Contract Redactions. **SSRN Electronic Journal**, p. 2-54, 2020. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3634659>
- BAUMGARTNER, R. J. Managing Corporate Sustainability and CSR: a conceptual framework combining values, strategies and instruments contributing to sustainable development. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 21, n. 5, p. 258-271, 7 nov. 2013. <https://doi.org/10.1002/csr.1336>
- BERGAMINI JUNIOR, S. ESG, Impactos Ambientais e Contabilidade. **Revista Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, RJ, n.21, p. 46-54, 2021. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/3630>. Acesso em: 22 mar. 2023.
- BORGES, B. C.; ROVER, S. Provisões e passivos contingentes: características e reconfiguração das demonstrações contábeis das empresas de capital aberto brasileiras. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 23, n. 1, p. 21-32, 29 abr. 2022. <https://doi.org/10.51320/rmc.v23i1.1328>
- BORGES JUNIOR, D. M. Relatório de sustentabilidade e desempenho das firmas brasileiras de capital aberto. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 18, p. 1-13, 7 mar. 2019. DOI: 10.16930/2237-766220192779
- BROOKS, C.; OIKONOMOU, I. The effects of environmental, social and governance disclosures and performance on firm value: a review of the literature in accounting and finance. **The British Accounting Review**, [S.L.], v. 50, n. 1, p. 1-15, jan. 2018. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2017.11.005>
- BUALLAY, A. Between cost and value. **Journal of Applied Accounting Research**, v. 20, n. 4, p. 481-496, 9 dez. 2019. <https://doi.org/10.1108/JAAR-12-2017-0137>

CHRISTENSEN, D.; SERAFEIM, G.; SIKOCHI, A. Why is Corporate Virtue in the Eye of The Beholder? The Case of ESG Ratings. **The Accounting Review**, v. 97, n. 1, p. 147-175, jan. 2022. <https://doi.org/10.2308/TAR-2019-0506>

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2)**: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de relatório Contábil-Financeiro. Brasília: CPC, 2019a. Disponível em: <http://www.cpc.org.br>. Acesso em: 05 out. 2022.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 25** – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Brasília: CPC, 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br>. Acesso em: 05 out. 2022.

CONSONI, S.; COLAUTO, R. D. Voluntary disclosure in the context of convergence with International Accounting Standards in Brazil. **Review of Business Management**, v. 18, n. 62, p. 658-677, 18 out. 2016. DOI: 10.7819/rbgn.v18i62.2242

CRESPI, F.; MIGLIAVACCA, M. The Determinants of ESG Rating in the Financial Industry: the same old story or a different tale? **Sustainability**, v. 12, n. 16, p. 6398, 8 ago. 2020. <https://doi.org/10.3390/su12166398>

CUNHA, L. M. S.; RIBEIRO, M. S. A divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas do setor de energia elétrica em comparação ao desenvolvimento da normatização da evidenciação contábil. **Revista Universo Contábil**, v. 12, n. 4, p. 86-106, dez. 2016. <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.2016486-106>

DAHLSTRUD, A. How Corporate Social Responsibility is Defined: An Analysis of 37 Definitions. **Wiley Interscience**, v. 15, n. 1, p. 1-13, set. 2006. <http://dx.doi.org/10.1002/csr.132>

DAL MAGRO, C. B.; MANFROI, L.; CUNHA, P. R.; NOGUEIRA, R. Fatores explicativos do nível de disclosure voluntário de empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. **Registro Contábil**, Maceió, v. 6, n. 1, p. 92-109, dez. 2015.

DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. Carlos.; SANTOS, S. C. D.; NIYAMA, Jorge. Katsumi. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Revista Economia & Gestão**, v. 5, n. 11, p. 56-76, 2005. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/36406/a-dualidade-entre-os-beneficios-do-disclosure-e-a-relutancia-das-organizacoes-em-aumentar-o-grau-de-evidenciacao/i/pt-br>. Acesso em: 18 nov. 2022.

DREMPETIC, S.; KLEIN, C.; ZWERGEL, B. The Influence of Firm Size on the ESG Score: corporate sustainability ratings under review. **Journal of Business Ethics**, v. 167, n. 2, p. 333-360, 27 abr. 2019. <https://doi.org/10.1007/s10551-019-04164-1>

DYE, R. A. An Evaluation of “Essays on Disclosure” and the Disclosure Literature in Accounting. **Journal of Accounting and Economics**, n° 32, p. 181-135, 2001. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00024-6](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00024-6)

- DYE, R. E. Disclosure of Nonproprietary Information. **Journal of Accounting Research**, vol. 23, n° 1, p. 123-145, Spring 1985. <https://doi.org/10.2307/2490910>
- ECCLES, R. G.; IOANNOU, I.; SERAFEIM, G. The Impact of Corporate Sustainability on Organizational Processes and Performance. **Management Science**, v. 60, n. 11, p. 2835-2857, nov. 2014. Institute for Operations Research and the Management Sciences (INFORMS). <http://dx.doi.org/10.1287/mnsc.2014.1984>
- ELAFIFY, M. G. Determinants of Corporate Sustainability Disclosure: the case of the s&p/egx esg index. **Indonesian Journal of Sustainability Accounting And Management**, v. 5, n. 1, p. 81-90, 30 jun. 2021. <https://doi.org/10.28992/ijSAM.v5i1.301>
- FÁVERO, L. P. **Análise de dados: modelos de regressão com Excel®, Stata® e SPSS®**. Elsevier Brasil, 2016.
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, Stata® e SPSS®**, Elsevier Brasil, 2017.
- FERNANDES, S. M. Fatores que influenciam o disclosure ambiental: Um estudo nas empresas brasileiras no período de 2006 a 2010. **Revista Ambiente Contábil**, v. 5, n. 2, p. 250–267, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/4159>. Acesso em: 26 out. 2022.
- FLORES, E.; FASAN, M.; MENDES, W.; SAMPAIO, J. O. Integrated reporting and capital markets in an international setting: The role of financial analysts. **Business Strategy and the Environment**, v. 28, n. 7, p. 1465–1480, 2019. DOI: 10.1002/bse.2378
- FONTELES, I. V.; NASCIMENTO, C. P. S.; PONTE, V. M. R.; REBOUÇAS, S. M. D. P. Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBovespa. **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 4, p. 85-98, 2013. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/33253/determinantes-da-evidenciacao-de-provisoes-e-contingencias-por-companhias-listadas-na-bm-fbovespa/i/pt-br>. Acesso em: 23 nov. 2022.
- GILLAN, S. L.; KOCH, A.; STARKS, L. T. Firms and social responsibility: a review of ESG and CSR research in corporate finance. **Journal of Corporate Finance**, v. 66, p. 101889, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2021.101889>
- GONÇALVES, H. S.; ANJOS, L. C. M.; FREITAS, M. A. L. Relato integrado e desempenho financeiro das empresas listadas na B3. **Race - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 18, n. 2, p. 345-362, 27 ago. 2019. <https://doi.org/10.18593/race.19954>
- HEALY, P.; HUNTTON, A.; PALEPU, K. Stock performance and intermediation changes surrounding sustained increases in disclosure. **Contemporary Accounting Research**, v. 16, p. 485-520, 1999.
- HE, J.; PLUMLEE, M. A.; WEN, H. Voluntary disclosure, mandatory disclosure and the cost of capital. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 46, n. 3-4, p. 307-335, 17 jan. 2019. <https://doi.org/10.1111/jbfa.12368>

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. Trad. (SANVICENTE, Antonio Zoratto). **Teoria da Contabilidade**. 5ª. Ed., São Paulo: Atlas, 1999.

HERZIG, C.; SCHALTEGGER, S. Corporate Sustainability Reporting. An Overview. **Sustainability Accounting and Reporting**, p. 301-324, 2006.
https://doi.org/10.1007/978-1-4020-4974-3_13

HOULTHAUSEN, Robert; WATTS, Ross. The relevance of value-relevance literature for financial accounting standard setting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 3-75, 2001.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JOST, J. P.; KROENKE, A.; HEIN, N. Relação entre desempenho sustentável e desempenho de mercado. **Race - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 183-208, 31 ago. 2021. <https://doi.org/10.18593/race.27352>

LASKAR, N. Impact of corporate sustainability reporting on firm performance: an empirical examination in Asia. **Journal of Asia Business Studies**, v. 12, n. 4, p. 571-593. 2018.
<https://doi.org/10.1108/JABS-11-2016-0157>

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem**, São Paulo: Atlas 2005.

MARTINS, M.; CUNHA, M. F. A Relação da Divulgação das Práticas ESG com o Valor de Mercado das Empresas Brasileiras de Capital Aberto. In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE, 22., 2022, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: FEA/USP, p. 1-21. 2022. Disponível em:
<https://congressousp.fipecafi.org/anais/22UspInternational/ArtigosDownload/3784.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

MAZON, C.; ISSA, R. H. Adoção e Implementação das Práticas ESG (Environmental, Social and Governance) pelas Empresas Estatais: o Programa Socioambiental da PETROBRAS e a Preservação das Comunidades Tradicionais. **Cadernos da Escola Paulista de Contas Públicas**, p. 35-52, 2021.

MURCIA, F. D. R.; SANTOS, A. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 3, n. 2, p. 72-95, mai./ago. 2009. <https://doi.org/10.17524/repec.v3i2.68>

MURÈ, P.; SPALLONE, M.; MANGO, F.; MARZIONI, S.; BITTUCCI, L. ESG and reputation: the case of sanctioned italian banks. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 28, n. 1, p. 265-277, 28 set. 2020.
<https://doi.org/10.1002/csr.2047>

NEVES, C. G. F.; BONFIM, M. P. Panorama das Provisões e Passivos Contingentes das Empresas Brasileiras de Capital Aberto. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 82, p. 18-24, set-dez. 2021. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/3709>. Acesso em: 20 out.2022.

OLIVEIRA, M. C.; MINATTO, F.; BORBA, J. A. “Nada é tão ruim que não possa piorar”: efeitos da reconfiguração dos passivos contingentes no desempenho econômico-financeiro dos clubes de futebol brasileiros. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 41, n. 3, p. 1-17, 11 out. 2022. DOI: 10.4025/enfoque.v41i3.57122

PACHECO, T.; PACHECO, T.; CAMPAGNONI, M.; ROVER, S. Alterações do disclosure de provisões e passivos contingentes ambientais na [B]³ e na NYSE após a adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil. **Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental**, v. 11, n. 2, p. 259-278, jun. 2022. <https://doi.org/10.59306/rgsa.v11e22022259-278>

PATTEN, D. The relation between environmental performance and environmental disclosure: a research note. **Accounting, Organizations and Society**, v. 27, n. 8, p. 763-773, nov. 2002. [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(02\)00028-4](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(02)00028-4)

PEREIRA, A. F. A.; STOCKER, F.; MASCENA, K. M. C.; BOAVENTURA, J. M. G. Desempenho Social e Desempenho Financeiro em Empresas Brasileiras: Análise da Influência do Disclosure, **Brazilian Business Review**, v. 17, n. 5, p. 540-558, 2 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.15728/bbr.2020.17.5.4>

PINHEIRO, A. B.; LAMEU, E. V. M.; SAMPAIO, T. S. L.; SANTOS, S. M. Revisitando a relação entre desempenho financeiro e divulgação ambiental: uma análise comparativa entre brasil e holanda. **Race - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 21, n. 1, p. 51-76, 29 abr. 2022. <https://doi.org/10.18593/race.24547>

PINTO, A. F.; AVELAR, B.; FONSECA, K. B. C.; SILVA, M. B. A.; COSTA, P. S. Value Relevance da Evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes. **Pensar Contábil**, v. 16, n. 61, p. 54-65, 2014. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/34541/value-relevance-da-evidenciacao-de-provisoes-e-passivos-contingentes/i/pt-br>. Acesso em: 8 set. 2022.

RAHMAN, R. A.; ALSAYEGH, M. F. Determinants of Corporate Environment, Social and Governance (ESG) Reporting among Asian Firms. **Journal of Risk and Financial Management**, v. 14, n. 4, p. 167, 8 abr. 2021. DOI:10.3390/jrfm14040167

RAIMO, N.; CARAGNANO, A.; ZITO, M.; VITOLLA, F.; MARIANI, M. Extending the benefits of ESG disclosure: the effect on the cost of debt financing. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 28, n. 4, p. 1412-1421, 11 mar. 2021. <https://doi.org/10.1002/csr.2134>

REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL. **O termo ESG**. Brasil, 2023. Portal. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/pg/esg>. Acesso em: 10 ago. 2023.

REFINITIV. **Pontuações de ESG Refinitiv**. 2022. Disponível em: <https://www.refinitiv.com/pt/sustainable-finance/esg-scores#t-score-range>. Acesso em: 18 nov. 2022. Disponível em: <https://www.refinitiv.com/pt/sustainable-finance/esg-scores#t-score-range>. Acesso em: 25 jul. 2022.

RIBEIRO, M. S.; SANTOS, E. S.; FREGONESI, M. S. F. A.; CUNHA, L. M. S. A Influência da Ocorrência de Passivo Ambiental no Environmental Disclosure Score da Bloomberg. In:

XIII CONGRESSO ANPCONT, 13., 2019, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: Anpcont, 2019. p. 1-18. Disponível em: https://anpcont.org.br/pdf/2019_CUE348.pdf. Acesso em: 8 jul. 2022.

RICARDO, V. S.; BARCELLOS, S. S.; BORTOLON, P. M. Relatório de Sustentabilidade ou Relato Integrado das Empresas Listadas na BM&FBovespa: Fatores Determinantes de Divulgação. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 11, n. 1, p. 90-104, 2017. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v11i1.1233>

ROVER, S.; TOMAZZIA, E. C.; MURCIA, F. D. R.; BORBA, José Alonso. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel. **Revista de Administração**, v. 47, n. 2, p. 217-230, 2012. <https://doi.org/10.5700/rausp1035>

RUFINO, M. A.; MACHADO, M. R. Fatores Determinantes da Divulgação de Informações Voluntária Social: Evidências Empíricas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 9, n. 4, p. 380-396, 26 jan. 2016. <https://doi.org/10.17524/repec.v9i4.1300>

RUIZ-BLANCO, S.; ROMERO, S.; FERNANDEZ-FEIJOO, B. Green, blue or black, but washing—What company characteristics determine greenwashing? **Environment, Development And Sustainability**, v. 24, n. 3, p. 4024-4045, 29 jun. 2021. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s10668-021-01602-x>.

SALOTTI, B. M.; YAMAMOTO, M. M. Ensaio Sobre a Teoria da Divulgação. **Brazilian Business Review**, Vitória, v. 2, n. 1, p. 53-70, jun. 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=123016184004>. Acesso em: 28 ago. 2022.

SANTOS, R. F.; SILVA JÚNIOR, F. J.; LOPES FILHO, L. L.; LEITE FILHO, P. A. M.; SANTOS, M. I. C. A Influência da evidenciação de provisões e contingências na qualidade da informação contábil. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 42, n. 1, p. 1-16, 10 fev. 2023. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v42i1.58100>

SHARMA, P.; PANDAY, P.; DANGWAL, R. C. Determinants of environmental, social and corporate governance (ESG) disclosure: a study of indian companies. **International Journal of Disclosure and Governance**, v. 17, n. 4, p. 208-217, 1 ago. 2020. <https://doi.org/10.1057/s41310-020-00085-y>

SILVA, A. F. P.; ARAÚJO, R. A. M.; SANTOS, L. M. S. Relação da rentabilidade e o disclosure de provisões e passivos contingentes ambientais das empresas de alto potencial poluidor listadas na B3. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 17, n. 52, p. 101-118, 11 out. 2018. <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v17n52.2689>

SILVA, I. P.; ROVER, S.; FERREIRA, D. D. M. Disclosure de Passivos Ambientais: Uma Análise dos Fatores Que Influenciam o Montante Divulgado Por Empresas Potencialmente Poluidoras. **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 14, n. 3, p. 70-86, set./dez. 2022. <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v14i3.83662>

SILVA, D. M.; FERREIRA, D. D. M. Evidenciação das Provisões Ambientais das Empresas Integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). In: CONGRESSO USP - INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2016, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo, 2016. p. 1-16.

SOUZA, P.; ALMEIDA, S. Factors Related to The Brazilian Companies' Disclosure Level With Open Capital Listed on The BM&FBOVESPA. **Revista Universo Contábil**, v. 13, n. 2, p. 166-186, 30 jun. 2017. DOI: 10.4270/RUC.2017214

TAMIMI, N.; SEBASTIANELLI, R. Transparency among S&P 500 companies: an analysis of esg disclosure scores. **Management Decision**, v. 55, n. 8, p. 1660-1680, 18 set. 2017. <https://doi.org/10.1108/MD-01-2017-0018>

VERRECCHIA, R. Discretionary disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 5, p. 179–194, 1983. [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(83\)90011-3](https://doi.org/10.1016/0165-4101(83)90011-3)

VERRECCHIA, R. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, n. 1-3, p. 97-180, 2001. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00025-8](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00025-8)

YU, E. P. Y.; VAN LUU, B.; CHEN, C. H. Greenwashing in environmental, social and governance disclosures. **Research In International Business And Finance**, v. 52, p. 101192, abr. 2020. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ribaf.2020.101192>.